Nilson alerta para manobra anti-povo

‘Faria Lima quer tirar pobre do Orçamento’, denuncia economista

HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 3.979 13 a 19 de Novembro de 2024

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Que sensibilidade de Lula suplante a subserviência da equipe econômica, diz

A “política econômica da Faria Lima, esposada pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, está tentando tirar o pobre do orçamento e, como consequência, levando o presidente Lula a praticar estelionato eleitoral”, escreve o economista Nilson Araújo de Souza. “Todos nos lembramos da máxima forjada e propagada por ele durante a campanha: ‘vamos colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda’”. “Espera-se que a sensibilidade de Lula seja maior do que a pressão da banqueirada e a subserviência de sua equipe econômica”, conclui Nilson. **Página 2**

Geraldo Magela - ABr

“Se cortarem na Previdência, não tenho como permanecer no governo”, diz Lupi

O ministro da Previdência e Assistência Social, Carlos Lupi (PDT), segue a mesma opinião de Luiz Marinho, do Trabalho, que também ameaçou sair se as teses neoliberais de Haddad prevalecerem no governo. Lupi afirmou que não tem condições de permanecer no governo se os cortes pretendidos por Haddad atingirem sua pasta. “Se cortar direitos na previdência, não tenho como ficar no governo”, afirmou, ao ser perguntado como reagiria se os cortes forem feitos. **Página 3**

Para Gleisi, “o país não precisa de mais sacrifício dos aposentados”

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, escreveu nas redes sociais que o país “pede mais crédito e investimento” e faz críticas aos porta-vozes do mercado financeiro na mídia, que seguem com seus agitos ferozes por cortes nos investimentos em áreas sociais, como no BPC dos doentes e miseráveis, seguro desemprego, entre outros. Gleisi afirma que “editoriais uníssonos do Globo, Folha e Estadão refletem a frustração e até o espanto dos donos da mídia com a não divulgação, até agora, dos chamados ajustes fiscais que eles tanto exigem”. **Página 3**

AFP

O Líbano (foto, Baja) também está sob criminoso bombardeio de Netanyahu, 53 mortos no fim de semana

Israel jogou 85 mil toneladas de bombas em Gaza em 1 ano

A Autoridade Palestina para a Qualidade Ambiental afirmou que o exército de ocupação israelense lançou mais de 85 mil toneladas de bombas na Faixa de Gaza desde o início da agressão em 7 de outubro de 2023.

Em comunicado divulgado na quarta-feira (6), por ocasião do Dia Internacional para a Prevenção do Uso do Meio Ambiente em Conflitos Militares, data instituída pela Assembleia Geral da ONU, a organização assinalou que os contínuos bombardeios das forças de ocupação e extermínio na Faixa de Gaza causaram a destruição de grandes áreas agrícolas, terras e contaminação do solo com produtos químicos tóxicos que têm dificultado a agricultura durante décadas. A devastação atingiu 80% dos prédios da área. Cerca de 100 sítios históricos foram arrasados. **Página 6**

CNI: Copom erra e causa prejuízo à economia, ao emprego e renda

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) condenou a elevação dos juros, de 10,75% para 11,25%, pelo Copom. A “decisão é extremamente conservadora e trará apenas prejuízos à atividade econômica, com reflexos negativos no emprego e renda para a população”, afirmou a entidade nacional dos industriais, em nota oficial. **Pág. 2**

Adilson denuncia BC por conspirar contra o povo e o desenvolvimento

“O crescimento da economia, do emprego e do bem estar social, corresponde aos interesses maiores da nação e do povo brasileiro. Mas, há forças poderosas, abrigadas no mercado financeiro, que conspiram diuturnamente contra o desenvolvimento nacional”, escreve o presidente da CTB, Adilson Araujo, condenado a subida dos juros. “É necessário observar que os diretores do BC indicados por Lula votaram pela elevação da taxa, capitulando à pressão do “mercado”, diz. **Página 4**

Leci considera “insanidade” Tarcísio leiloar escola pública

A deputada estadual Leci Brandão (PCdoB) repudiou na tribuna da Assembleia paulista a privatização de escolas pelo governo Tarcísio de Freitas e a PEC do mesmo governo desviando R$ 10 bilhões do orçamento da Educação do Estado. “Isso é uma insanidade”, afirmou a parlamentar. **Pág. 4**

Urge discussão dos superpoderes do Ibama, por Geraldo Luís Lino

“O novo veto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à perfuração de um poço exploratório no litoral Norte do Amapá pela Petrobrás ressalta a necessidade de uma urgente rediscussão sobre os superpoderes conferidos aos órgãos ambientais”, afirma, em artigo, o geólogo e ex-consultor ambiental Geraldo Luís Lino. **Página 3**

‘Narrativa democrata de economia cor-de-rosa não colou’

Pág. 7

Faria Lima quer tirar o pobre do orçamento, denuncia Nilson

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Pacote mira direitos dos aposentados, ao fundo o Banco Central em Brasília

"Espera-se que a sensibilidade de Lula seja maior do que a pressão da banqueirada e a subserviência de sua equipe econômica"

NILSON ARAÚJO DE SOUZA*

A política econômica da Faria Lima, esposada pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, está tentando tirar o pobre do orçamento e, como consequência, levando o presidente Lula a praticar estelionato eleitoral (não custa lembrar do que ocorreu com Dilma Rousseff). Todos nos lembramos da máxima forjada e propagada por ele durante a campanha: "vamos colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda". Essa mesma máxima foi repetida por um importante membro da equipe econômica, a propósito da então planejada reforma tributária, por ocasião de um seminário que organizamos em São Paulo, em meados do ano passado, para examinar o então arcabouço fiscal.

No seminário, com a participação de economistas de várias estirpes, mas todos apoiadores do governo Lula, concluiu-se, quase por unanimidade, que o arcabouço era mais flexível do que o "teto de gastos", mas mantinha o essencial de seus limites, ao fixar um "teto" para aumento da despesa real (2,5% ao ano e 70% do aumento da receita real) e comprometer-se a zerar o déficit e começar a gerar superávit primário para pagar juros, estabelecendo metas acima do que havia sido precificado pela própria Faria Lima por meio da Pesquisa Focus.

AJUSTE FISCAL

No entanto, em lugar de fazer o "ajuste fiscal" pela via do corte da despesa, como querem os rentistas financeiros, Haddad se propunha a fazê-lo pelo aumento da receita. E começou por aí nas medidas iniciais enviadas ao Congresso. E, com isso, convenceu o presidente Lula, mas, em algum momento, sedento de atingir o déficit zero, encampou a gritaria da Faria Lima e dos setores mais atrasados do Congresso de que era hora de começar a cortar a despesa.

Ao mesmo tempo, começou a aparecer na superfície um problema que também havia sido diagnosticado naquele seminário: a equipe da Fazenda havia colocado as despesas sociais, que Lula, não inteiramente errado, chama de investimento (educação, saúde, previdência, salário, benefícios sociais), para brigar com o investimento, quando, na verdade, são complementares.

Isso porque, como havia um teto para o crescimento da despesa e as áreas sociais são, justamente, protegidas pela legislação, que, a bem do desenvolvimento econômico e social, não devem ser alteradas (piso constitucional para educação e saúde, aposentadorias, pensões e benefícios sociais reajustadas pelo salário mínimo, o qual, por sua vez, tem tido um aumento real), devendo, portanto, crescer acima do teto, a manutenção deste implicaria, certamente, na derrubada do já exíguo investimento. Por isso, o seminário propôs na época retirar o investimento dos limites do arcabouço.

MAIS INVESTIMENTOS

Mas Haddad não fez isso. Essa questão é de somenos importância para ele. Até porque o principal para ele não é liberar recursos para investimento. O central é conseguir o famigerado déficit zero para a seguir gerar superávit e assim dar mais garantias à Faria Lima de que vai "honrar seus compromissos". E foi por isso que optou pelo caminho de cortar despesas. Mas optou por cortar as despesas que não promovem produção, emprego ou bem-estar, ou seja, que são literalmente supérfluas?

Refiro-me às despesas financeiras, que, nos últimos 12 meses encerrados em agosto, montam em 855 bilhões, que engordam a cada segundo, a cada minuto, a cada hora, a cada dia, a cada mês e a cada ano os já gordos bolsos dos rentistas; e as despesas tributárias (isenções fiscais), cujo montante anual, alardeado pelo próprio Haddad no começo do governo, é de R$ 600 bilhões, a grande maioria dos quais sem qualquer impacto na geração de produção, emprego e renda, como é seu objetivo.

Na época, Haddad chegou a falar numa "economia" de R$ 150 bilhões nas despesas tributárias, sendo que a Anafisco estimava uma cifra muito maior. Por que isso foi "esquecido". Suspeita-se. E, por outro lado, não dá para comprar gato por lebre. Ou seja, acreditar que o ministro da Fazenda não tem a menor incidência sobre os juros estabelecidos pelo Banco Central, a Selic. Tem sim, e ele sabe disso. Se baixassem em três pontos percentuais a taxa Selic, já se "economizaria", no mínimo, R$ 150 bilhões, que, somados aos R$ 150 bilhões de "economia" nas despesas tributárias, atingiriam o montante de R$ 300 bilhões, mais do que suficientes para cobrir o déficit e ainda gerar recursos para investimento.

REDUÇÃO DOS JUROS

E é possível a redução dos juros, mesmo dentro da lógica do chamado "mercado", eufemismo para grandes bancos e grandes empresas, ou seja, os cartéis dos donos das finanças, em suma, a Faria Lima. Isto é, não se trata de nenhuma medida revolucionária.

Bastaria alterar a meta de inflação para os níveis médios do IPCA dos últimos quatros anos, que se situam em 4,83% (excluindo 2021, que foi um ponto fora da curva -10,06% -, e incluindo uma previsão para 2024 na faixa dos 4,42%, inflação ocorrida nos últimos 12 meses até setembro), podendo arredondar para 5% ou para o limite superior da meta atual (4,5%), que o Copom do BC, mesmo dentro da lógica financeirista, não teria como justificar a não flexibilização da política monetária.

E quem toma essa decisão? O Conselho Monetário Nacional, presidido pelo ministro da Fazenda, ou seja, Fernando Haddad, e integrado pela ministra do Planejamento e o Presidente do Banco Central, ou seja, com maioria do governo. Antes tarde do que nunca, alertei em artigo anterior.

ISENÇÕES FISCAIS

Mas, em lugar de ter algum nível de enfrentamento à Faria Lima e aos grandes beneficiários das isenções fiscais, o ministro da Fazenda prefere submeter-se a eles e praticar o estelionato eleitoral de tirar o pobre do orçamento, isto é, prefere propor um pacote fiscal que contemplaria a redução de direitos sociais (tais como os pisos da saúde e da educação, o reajuste real do salário mínimo e das aposentadorias, pensões e benefícios sociais).

O economista e professor da Unb, José Luís Oreiro, que participou na área econômica da comissão de transição nomeada por Lula, informou que essa comissão recebeu da equipe bolsonarista de Paulo Guedes uma lista de medidas que Bolsonaro adotaria se ganhasse as eleições, e essas medidas são escritas e escarradas as mesmas que Haddad estaria propondo agora.

Alega-se que a correlação de forças não permitiria dar os tímidos passos indicados acima. Enquanto prosseguir a política de submissão à Faria Lima, obviamente, não vai mudar a correlação de forças. A tendência é piorar. Correlação de forças é algo objetivo, mas pode ser alterada por ações subjetivas. Submissão aos que dominam a piora; fortalecimento dos dominados a melhora.

E não se pode fortalecer os dominados tirando seus direitos sociais e mantendo uma política de juros e uma política fiscal que sacrificam o investimento público e privado, a produção e o consumo. E, pelo que tem sido ventilado, o pacote se propõe a enrijecer mais ainda o tal do arcabouço, procurando colocar os gastos sociais em seus rígidos limites. Espera-se que a sensibilidade de Lula seja maior do que a pressão da banqueirada e a subserviência de sua equipe econômica.

(*) Doutor em economia pela Universidade Autônoma do México (Unam), pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Diretor da Fundação Maurício Grabois e do Instituto Claudio Campos; membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB; presidente do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo

"Selic está em patamar excessivo e incompatível", afirma a CNI

Para a entidade, decisão de elevar os juros para 11,25% ao ano "é extremamente conservadora e trará apenas prejuízos à atividade econômica, com reflexos negativos no emprego e renda para a população"

Após a divulgação da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que elevou a taxa referencial da economia de 10,75% para 11,25%, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidida por Ricardo Alban, que no dia anterior se manifestou contrária à elevação dos juros, divulgou a seguinte nota que reproduzimos a seguir:

A Confederação Nacional da Indústria recebeu com indignação a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de aumentar a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual. Além de ser equivocado, o movimento de alta foi intensificado, já que Banco Central subiu o ritmo de aumento em 0,25 ponto percentual frente à reunião anterior.

Trata-se de mais uma decisão extremamente conservadora da autoridade monetária. Isso porque o nível em que a Selic se encontrava antes da reunião já era mais que suficiente para manter a inflação sob controle. É importante observar que a inflação tem sido impactada por fatores sobre os quais a política monetária não tem efeito. Por isso, a elevação na Selic apenas irá trazer prejuízos desnecessários à atividade econômica, com reflexos negativos em termos de criação de emprego e renda para a população.

No cenário doméstico, o quadro segue sendo de controle da inflação. Afinal, ruídos passageiros não podem se sobrepor à tendência traçada pelos núcleos de inflação, indicadores que eliminam do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) os itens com preços mais voláteis. A média dos 5 principais núcleos de inflação no acumulado em 12 meses até setembro foi de 3,8%, enquanto essa média havia registrado 4,3% no acumulado em 12 meses até dezembro de 2023.

Além disso, a CNI destaca que as acelerações do IPCA em setembro e do IPCA-15 em outubro estão concentradas na alta dos preços de energia elétrica e alimentos, que, por sua vez, estão ligadas a fatores conjunturais, com destaque para as secas extremas. Logo, esses resultados não asseguram mudança significativa na tendência da inflação. Inclusive, a bandeira tarifária vermelha praticada em setembro e outubro já foi revertida para amarela, agora em novembro, o que reduz a pressão exercida por esse item sobre a inflação. https://horadopovo.com.br/selic-esta-em-patamar-excessivo-e-incompativel-afirma-cni/

SBPC: pacote de cortes é anti-Brasil e anti-povo

"No Brasil que eles querem, não cabe o povo brasileiro", afirma Janine Ribeiro

O presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Renato Janine Ribeiro, voltou a se manifestar contra os cortes na área de Ciência e Tecnologia em editorial no site da entidade (4/11), onde afirma: "a injustiça social é poderosa, mas não vamos desistir".

"Hoje, por exemplo, presenciamos uma recusa claríssima a tributar quem pode pagar – os mais ricos – e uma propaganda intensa da mídia e do poder econômico para se cortarem as já insuficientes verbas destinadas aos mais pobres. Os pretextos são apenas isso, pretextos, mas se mostram muito eficientes para impedir que o Brasil seja um país justo e próspero. Veja-se também que basta baixar o desemprego e aumentar a renda dos trabalhadores que já soa o alarme, por parte de quem deseja um País tacanho e mesquinho. No Brasil que eles querem, não cabe o povo brasileiro", afirma Janine.

Ele destacou que a atual discussão sobre o possível corte de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) "tem sido propagado como um balão de ensaio por setores da direita, por financistas e pela grande imprensa, embora não tenha sido confirmado pelo governo".

Renato Janine Ribeiro, presidente da SBPC

"Esperamos que seja apenas um alarme falso. Mas o fato é que colocar propostas desse tipo na conta de supostos técnicos da área econômica já é motivo de inquietação", sentenciou.

Janine ressaltou que "isso nos faz perceber que, mais uma vez, o projeto anti-Brasil, o projeto anti-povo, que impede o país de cumprir seu ideal e se tornar um lugar bom para a sua população, continua forte. E teremos que lutar para vencê-lo".

"Nos últimos poucos dias, a SBPC se manifestou contra o erro que comete a FAPESC, ao se negar sequer a examinar projetos de pesquisa que tratem de questões de gênero em Santa Catarina, contra a anunciada partidarização da presidência da FAPERJ pelo governo fluminense e, agora, se mobiliza em defesa do FNDCT, que segundo a imprensa teria seus valores em risco. Essas três questões, para ficarmos apenas no campo da ciência. Porque, ao mesmo tempo, os setores mais reacionários também querem diminuir – entre outros – o Benefício de Prestação Continuada (BPC), importante medida pública para reduzir a miséria, a pobreza, a fome, bem como várias outras prestações das quais depende a própria vida dos mais pobres", sustentou.

Leia o editorial na íntegra: https://horadopovo.com.br/pacote-de-cortes-e-anti-brasil-e-anti-povo-denuncia-presidente-da-sbpc/

Campos Neto, PIX e Google

PAULO KLIASS*

O processo de financeirização que vem se aprofundando na economia e na sociedade brasileiras ao longo das últimas décadas tem provocado um conjunto amplo de consequências. A dominância do elemento financeiro sobre as demais atividades econômicas é bastante expressiva e termina por esmagar qualquer tentativa de se escapar à lógica das finanças sobre a produção, o comércio, os serviços e a cidadania.

Um dos aspectos que derivam de tal movimento é o processo contínuo e robusto de bancarização das pessoas e das empresas. A disseminação das atividades cotidianas envolvendo algum tipo de dependência junto aos bancos ganhou ainda mais fôlego com o avanço da digitalização e do acesso cada vez mais universalizado aos telefones celulares e à rede de informática.

As últimas informações divulgadas pelo próprio Banco Central (BC) apontam para uma ampliação crescente do número de pessoas que operam com contas bancárias, índice que atinge por volta de 90% do total de pessoas adultas. Por outro lado, o número de contas bancárias ativas supera a casa de 1,2 bilhão, número esse que engloba também as contas de natureza comercial. Esta tendência tem provocado mudanças significativas nos hábitos culturais e negociais de forma generalizada, com efeitos positivos de inclusão financeira e digital, mas introduzindo também um agravamento da dependência da população de forma geral aos bancos e ao universo do financismo.

PIX E A INCLUSÃO BANCÁRIA

Concomitantemente a tal processo, o BC promoveu uma importante inovação tecnológica, que permitiu uma redução das despesas dos usuários com relação a uma parcela dos serviços prestados pela banca. Trata-se do sistema PIX, que propicia a realização de transferências interbancárias de valores monetários de forma ampla e gratuita. Afinal, até então os bancos cobravam valores elevados dos clientes para realizar uma modalidade semelhante deste tipo de serviço. A aceitação do novo modelo foi bastante expressiva e segmentos sociais até então bastante marginalizados da esfera bancária passaram a usufruir dos aspectos positivos de tal mecanismo de inclusão.

No entanto, o fenômeno não passou desapercebido dos grupos interessados em elevar ainda mais os seus ganhos. Assim, teve início um movimento para eliminar a gratuidade de tais operações. Alguns dirigentes no interior do financismo mal escondem seus desejos para introduzir, de forma descarada, a mercantilização completa também neste segmento. Um ex-presidente do BC, Gustavo Franco, não esconde sua proposta de promover a privatização do modelo PIX. Diz ele:

(…) "a gratuidade ajudou muito a disseminação do método. Mas alguém em algum momento vai fazer a conta de quanto vale o PIX e que não pode ser grátis por toda vida. Vai perceber que é uma empresa que vale um 'dinheirão' " (…)

GUSTAVO FRANCO E A PRIVATIZAÇÃO DO PIX

Mas a intenção de se apropriar de informações relativas às movimentações efetuadas no interior do sistema bancário e financeiro vai muito além. Trata-se de transformar em termos legais e institucionais tudo aquilo que já é efetuado de forma irregular e à margem de uma regulamentação pública inexistente. Refiro-me ao volume impressionante de dados que as grandes empresas do sistema – as chamadas "big techs" – manipulam e comercializam sem qualquer autorização ou conhecimento por parte dos usuários.

Com a palavra o próprio banqueiro, que manifesta um sincericídio sem a menor preocupação com a repercussão escandalosa daquilo que termina por expressar na entrevista:

(…) "Isso é uma discussão de valor do trabalho parecida com a do começo do século XIX. Ninguém duvida que uma amostra de seu sangue é um dado pessoal seu, um pedaço de seu corpo. Agora os seus dados com seu banco, sua saúde, eles não são parte do seu corpo. É dado transacional, e sua transação bancária é tanto sua como do seu banco" (…)

Continua:
https://horadopovo.com.br/campos-neto-pix--e-google-por-paulo-kliass/

* **Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

‘Proibido falar que investir em educação é gasto’, afirma Lula

Declaração foi dada na abertura da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no Museu Nacional da República

Em meio às pressões dos banqueiros e da mídia por cortes de gastos sociais e nos investimentos públicos, o presidente Lula (PT) afirmou, na terça-feira (5), que é proibido falar em gasto com educação no seu governo.

A declaração foi dada durante a abertura da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no Museu Nacional da República, em Brasília. Lula fez um discurso em defesa da educação, uma das áreas onde a Fazenda quer cortar.

“Desde minha primeira reunião como presidente em 2003, [eu disse] nesse governo vai ser proibido utilizar a palavra gasto quando a gente falar em educação. Educação é investimento e investimento de mais retorno que um país pode ter. Nada, nada pode dar mais retorno que educação”, enfatizou Lula.

Uma das manobras da equipe econômica para cortar na Educação é o aumento de 30% para 60% da parcela dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que seria contabilizada no piso constitucional da Educação. O Ministério da Fazenda quer também incorporar os gastos do programa pé-de-meia na complementação do Fundeb.

A resistência de Lula aos cortes da Fazenda se soma ao posicionamento de outros integrantes do governo que estão se colocando contra o pacote de cortes.

O ministro da Trabalho, Luiz Marinho, chegou a dizer que só se ele fosse demitido haveria alterações no Seguro Desemprego, no abono salarial e na multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A mídia já vinha noticiando que a Fazenda estava fazendo estudos neste sentido. Na mesma direção se pronunciou o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. Ele disse que não aceita redução de direitos previdenciários que, segundo ele, são constitucionais. Estava na mira de Haddad e Simone Tebet a desvinculação dos benefícios do salário mínimo.

Fernando Haddad cancelou uma viagem internacional e voltou a Brasília para intensificar a pressão pelos cortes pedidos insistentemente pelos bancos, de acordo com uma nota do Ministério da Fazenda divulgada no domingo (3).

A mudança de planos atendeu a um pedido do presidente Lula, segundo a pasta. Inicialmente, o ministro cumpriria agenda na Europa, passando por França, Reino Unido, Alemanha e Bélgica. As primeiras reuniões com os ministros não chegaram a nenhuma conclusão ou acordo.

Gustavo Bezerra/PT

Deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT

País não precisa de “mais sacrifício dos aposentados”, defende a presidente do PT

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, escreveu nas redes sociais que o país “pede mais crédito e investimento” e faz críticas aos porta-vozes do mercado financeiro na mídia, que seguem com seus agitos ferozes por cortes nos investimentos em áreas sociais, como no BPC dos doentes e miseráveis, seguro desemprego, entre outros.

No texto, Gleisi Hoffmann afirma que no domingo (10) “editoriais uníssonos do Globo, Folha e Estadão refletem a frustração e até o espanto dos donos da mídia com a não divulgação, até agora, dos chamados ajustes fiscais que eles tanto exigem”.

“Eles esperam impor ao governo e ao país o sacrifício dos aposentados, dos trabalhadores, da saúde e da educação, que podem até combinar com o neoliberalismo frenético do governo passado, mas não com o governo que foi eleito para reconstruir o país. Invertem a equação da economia real, que pede mais crédito e investimentos para continuar crescendo, e ameaçam com mais juros e mais especulação com o câmbio, como se isso fosse trazer o tal equilíbrio fiscal e reduzir a inflação”, condena Hoffmann.

A parlamentar também afirma que o presidente Lula (PT) “age muito bem, com cautela e muita responsabilidade, resistindo às pressões descabidas dos mercados e de seus porta-vozes na mídia”, conclui o texto.

O gasto com os juros é o principal fator de pressão que alimenta o crescimento da dívida pública. Em 12 meses até agosto, o setor público desembolsou R$ 855 bilhões para o pagamento dos juros.

Esse gasto financeiro – sempre livre de regras de controle fiscais neoliberais – jamais sofre repulsa por parte da “ditadura fiscalista”, que todo ano pressiona por cortes nos benefícios previdenciários, no Benefício de Prestação Continuada (BPC) a doentes miseráveis, no seguro-desemprego, no abono salarial, além de exigirem tesourada em investimento com saúde, educação, entre outros.

Paulo Paim condena “ajuste fiscal e a desvinculação do BPC e das aposentadorias do salário mínimo”

O senador Paulo Paim (PT-RS) usou suas redes sociais na quinta-feira (7) para se somar aos demais líderes do partido do governo que estão contra o pacote de cortes de verbas para programas sociais e investimentos, defendido pela Faria Lima e adotado pela equipe econômica do governo.

Ele protestou contra o “ajuste fiscal, desvinculação do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e das aposentadorias do salário mínimo, enfraquecimento do FGTS e do seguro-desemprego, novas reformas da Previdência e trabalhista”.

O próprio ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou publicamente que mudanças no Seguro Desemprego e Fundo de Garantia só seriam implantados se ele fosse demitido.

“Essa pressão do poder econômico e financeiro não é novidade para mim. Estou no Congresso há muito tempo e sei que, no fim das contas, quem sempre paga a fatura são os trabalhadores, os aposentados, os pensionistas e os mais vulneráveis”, denunciou o senador gaúcho.

Na mesma quinta-feira (7) o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, foi na mesma direção e afirmou que se os benefícios da Previdência fossem cortados, ele não teria como permanecer no governo.

Os banqueiros e a mídia sob seu controle estão fazendo uma pressão enorme para que o presidente Lula anuncie ainda esta semana o pacote com os cortes de verbas de programas sociais e de investimentos públicos. As reuniões realizadas com esse objetivo estão sendo tensas e, até este momento, não houve nenhuma proposta concreta. Na quinta-feira a reunião terminou sem consenso e decisão foi adiada para esta sexta-feira.

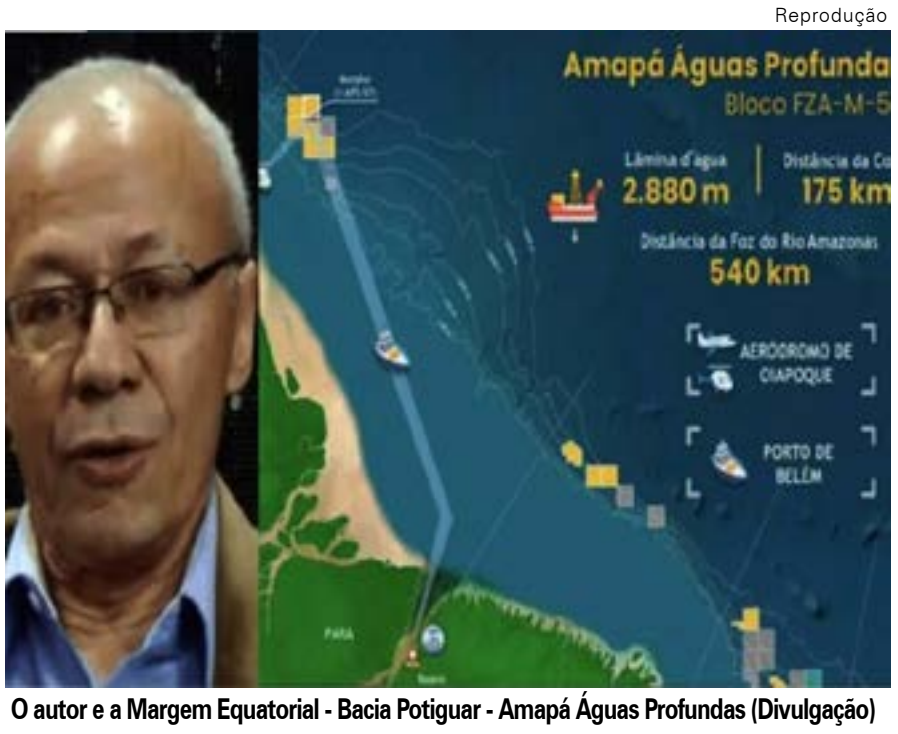
Os especuladores intensificam sua chantagem manipulando criminosamente o câmbio enquanto os seus representantes no Banco Central completam o serviço. Eles deveriam atuar contra essas manobras especulativas com o dólar americano e não o fazem.

Além disso, decidem elevar os juros da dívida pública para transferir, numa canetada, entre R$ 20 e 25 bilhões do dinheiro público ao ano para os cofres dos banqueiros que já abocanham R$ 855 bilhões desviados do Orçamento.

Senado

Senador Paulo Paim (PT)

Reprodução



O autor e a Margem Equatorial - Bacia Potiguar - Amapá Águas Profundas (Divulgação)

Urge uma rediscussão dos superpoderes do Ibama, por Geraldo Luís Lino

Ibama não deveria deter poder de veto absoluto sobre empreendimentos produtivos

GERALDO LUÍS LINO (*)

O novo veto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à perfuração de um poço exploratório no litoral Norte do Amapá pela Petrobrás ressalta a necessidade de uma urgente rediscussão sobre os superpoderes conferidos aos órgãos ambientais.

A experiência tem demonstrado que um órgão como o Ibama não deveria deter um poder de veto absoluto sobre projetos e empreendimentos produtivos. O seu papel deveria restringir-se a: avaliar os impactos socioambientais identificados nos estudos competentes; exigir dos empreendedores públicos e privados medidas mitigadoras e compensatórias adequadas; acompanhar e cobrar a sua implementação, se preciso, judicialmente; e, em casos extremos, orientar as autoridades relevantes em processos de interdição.

As exceções à regra, nas quais se considerassem que os impactos negativos pudessem superar os benefícios socioeconômicos dos empreendimentos, poderiam ser julgadas por um colegiado interministerial próprio, apto a avaliar a situação com um olhar mais equilibrado que o de tecnocratas que, com frequência, colocam o zelo ideológico e o apreço por uma visão idílica do meio ambiente à frente das evidências científicas e técnicas, do mero senso comum e do interesse público.

E não se trata apenas da Petrobrás. Em Mato Grosso, o estado foi proibido de efetuar uma dragagem parcial do rio Paraguai entre Corumbá e Ladário, para permitir a livre navegação de comboios de barcaças. O asfaltamento completo da rodovia BR-319 (Manaus–Porto Velho) virou um dramalhão interminável. A Ferrogrão é preterida para não se suprimir 0,06% (seis centésimos de um por cento) do Parque Nacional do Jamanxim. Os exemplos são legião, evidenciando graves equívocos na aplicação da draconiana legislação ambiental brasileira.

No caso do licenciamento ambiental para o bloco FZA-M-59, os argumentos do “novo” parecer do Ibama, idênticos aos apresentados há 15 meses, denotam uma clara intenção de procrastinar o processo ad aeternum, com o objetivo de forçar a desistência da Petrobrás, como ocorreu com as empresas BP e TotalEnergies, concessionárias anteriores do bloco, que desistiram por não conseguir superar as barreiras burocráticas reiteradamente impostas pelo órgão.

O pretexto-chave é a possibilidade de um vazamento de óleo na área situada a cerca de 170 km da costa do Amapá, ao largo do município de Oiapoque. Ocorre que a área está sob a influência da Corrente Norte do Brasil, que flui de sudeste para noroeste, de modo que, pela posição do bloco, um eventual vazamento tenderia a espalhar-se em alto-mar, em vez de aproximar-se do litoral.

Por ironia, isso foi comprovado pela própria ONG que encabeça a campanha contra a exploração da Margem Equatorial Brasileira desde a concessão da BP/TotalEnergies, o Greenpeace. Em março deste ano, a Expedição Costa Amazônica Viva da ONG lançou ao mar sete boias derivantes equipadas com GPS. Delas, cinco foram soltas próximas à costa e, previsivelmente, acabaram dando à terra em vários locais, inclusive, em unidades de conservação, que ocupam 80% do território amapaense.

As duas restantes, soltas na área do bloco e impelidas pela Corrente Norte do Brasil, cruzaram rapidamente a projeção marítima da fronteira brasileira com a Guiana Francesa, a cerca de 50 km de distância, dirigindo-se para o alto-mar (uma didática animação dos resultados encontra-se no site do Greenpeace).

É implausível que o corpo técnico do Ibama, o qual inclui profissionais de Oceanografia, ignore tais fatos elementares. Ademais, a Petrobrás tem um histórico de segurança exemplar nas atividades offshore, com mais de 6 mil poços perfurados desde 1968, sendo mais de mil de produção, sem um único incidente de vazamento de monta.

Sem mencionar que a empresa se comprometeu a investir até R$ 150 milhões na construção de uma base para o atendimento emergencial à fauna em casos de hipotéticos vazamentos de óleo que, em última análise, jamais chegariam ao litoral. Para referência, a quantia representa cerca de 1,5% do orçamento de 2024 do Amapá, cuja população, uma das mais pobres do País, seria bem melhor servida se uma fatia maior desses recursos fosse orientada para ações com impactos socioeconômicos positivos, item raramente avaliado de forma adequada nos estudos de impacto ambiental.

Nada disso implica carta branca ou condescendência com os impactos ambientais das atividades produtivas, mas é preciso que esta relação seja mediada por uma adequada proporcionalidade, na qual os benefícios socioeconômicos e os aspectos estratégicos dos empreendimentos não podem ficar em segundo plano.

Em Mato Grosso, o veto do Ibama fez com que o minério de ferro produzido na região tenha que ser transportado por rodovia, modal mais caro, poluente e propenso a acidentes que o hidroviário. “Alguns técnicos absolutamente radicais, que nunca vieram ao Pantanal e que estão no ar-condicionado em Brasília, estão impedindo este trabalho... A gente não pode abrir mão disso. No mundo inteiro são feitas intervenções de manutenção nas hidrovias, que são o meio mais barato e ecologicamente mais correto de transporte. Aqueles burocratas de Brasília precisam entender isso”, disparou o deputado estadual e ex-prefeito de Corumbá Paulo Duarte (Correio do Estado, 19/10/2024).

Dificilmente entenderão. Por isso, é mais que hora para um debate sério sobre esse tema crucial para o pleno desenvolvimento do País.

(*) Geraldo Luís Lino é geólogo, ex-consultor ambiental, escritor e diretor do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa). Artigo publicado originalmente no Monitor Mercantil

“Se cortarem direitos na Previdência, eu não tenho como permanecer no governo”, afirma ministro Carlos Lupi

Já se sabia que a reunião de ministros, com a presença do presidente Lula, realizada esta semana para discutir a proposta de Fernando Haddad de realizar cortes em programas sociais e investimentos públicos tinha sido bastante tensa e que a resistência a esse desastre político era forte. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho, que já tinha manifestado publicamente contra os cortes, cobrou, por exemplo, mais respeito por parta da Fazenda ao divulgar suas pretensões.

Agora foi a vez do ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), vir a público e, como Marinho, dizer, em entrevista ao jornal O Globo da quinta-feira (7) que não tem condições de permanecer no governo se os cortes pretendidos por Haddad atingirem sua pasta. “Se cortar direitos na previdência, não tenho como ficar no governo”, afirmou, ao ser perguntado como reagiria se os cortes forem feitos.

“Quem tem que doar algo nesse processo é quem tem muito, não quem não tem nada”, disse o ministro. “Como vai pegar a Previdência? A média salarial das pessoas é R$ 1.860. Vou fazer o que com isso? Tirar direito adquirido? Não conte comigo”, destacou. “Vou baixar o salário? Não conte comigo. Vou deixar de ter ganho real (no salário mínimo)? Não conte comigo. Se isso acontecer, não tenho como ficar no governo. Acho que o governo não fará isso. Temos que cobrar os grandes devedores, a sonegação e as isenções indevidas”, acrescentou Lupi.

“Despesa obrigatória não tem como ser cortada”, ponderou o ministro. “Acha que algum congressista vai tirar direito de aposentado? Tenho que nascer de novo para acreditar nessa história”, prosseguiu Lupi, deixando claro que a obsessão de Haddad em agradar os representantes da Faria Lima vai enfrentar uma grande resistência política dentro da frente que elegeu o presidente Lula.

“O que podemos fazer, e estamos fazendo, é apertar as irregularidades. Estamos fazendo uma economia grande conferindo gente que não tem mais direito à licença por doença. Se um cara teve uma doença e se curou, como continua tendo licença? O grande desafio da Previdência é que mais da metade dos nossos pedidos são de auxílio-doença. O Brasil está doente assim? Temos que melhorar, por exemplo, a biometria. Precisamos botar tecnologia de ponta e ajudar quem tem direito, separar o joio do trigo”, argumentou o ministro.

“Fazer ajuste fiscal com cortes na Previdência, saúde e educação não é aceitável”, declara o líder do PCdoB

O deputado Márcio Jerry (MA), líder da bancada do PCdoB na Câmara, afirmou nas redes sociais que “não é aceitável fazer ajuste fiscal com cortes na Previdência, saúde e educação”.

Os rentistas e demais parasitas financeiros pressionam o governo por mais cortes de investimentos, atacando justamente os pobres e seus direitos sociais para amealharem mais recursos públicos.

Em declaração na abertura da 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no Museu Nacional da República, em Brasília, o presidente Lula fez um discurso em defesa da educação, uma das áreas que o Ministério da Fazenda quer cortar.

“Desde minha primeira reunião como presidente em 2003, [eu disse] nesse governo vai ser proibido utilizar a palavra gasto quando a gente falar em educação. Educação é investimento e investimento de mais retorno que um país pode ter. Nada, nada pode dar mais retorno que educação”, enfatizou Lula.

A resistência de Lula aos cortes da Fazenda tem o apoio de outros integrantes do governo que estão se colocando contra o pacote de cortes.

Um deles é o ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O ministro declarou na quinta-feira (7) que não tem condições de permanecer no governo se os cortes pretendidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atingirem sua pasta. “Se cortar direitos na Previdência, não tenho como ficar no governo”, afirmou, ao ser perguntado como reagiria se os cortes forem feitos.

“O Ministério da Previdência não tem o que cortar”, declarou Lupi, ao afirmar que “um governo de cunho social jamais iria tirar direito de quem tem direito”.

“As despesas são obrigatórias, são despesas constitucionais. E jamais que um governo de cunho social iria tirar direito de quem tem direito. Essa discussão é sobre buscar eficácia, dar direito a quem tem direito, mas não deixar quem não tem direito erradamente conseguir isso”, disse.

Tarcísio leiloa escolas dizendo não ter dinheiro enquanto corta da Educação

Leci Brandão denunciou na Alesp "o grande mal que o governo está fazendo contra a educação de SP". Para deputada, leilão de escolas "é absurdo"

A deputada estadual Leci Brandão (PCdoB) discursou na tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), na última quarta-feira (6) repudiando a privatização de escolas pelo governo Tarcísio de Freitas enquanto apresenta a PEC para desviar R$ 10 bilhões do orçamento da Educação de São Paulo.

"Vejam o absurdo dessa situação: o governo do estado que está leiloando a gestão das escolas sob o argumento de que não tem dinheiro é o mesmo que agora propõe redução dos recursos para a Educação. Isso é uma insanidade", argumentou a parlamentar.

A deputada criticou a decisão do governo estadual de acelerar o processo de privatização de 33 escolas em leilões na Bolsa de Valores, realizado nesta semana. "Um grande mal, para a educação", criticou.

"Senhor presidente, a gente tem utilizado esse espaço aqui para denunciar o grande mal que o governo do Estado está fazendo contra a educação de São Paulo. Logo após as eleições municipais, o governo acelerou o projeto, que em nossa opinião tem como real objetivo a privatização da educação pública", iniciou.

"Nossas escolas estão sendo leiloadas sob o argumento de que os recursos são escassos e que para ter uma educação de qualidade o nosso Estado precisa abrir mão da administração das escolas", disse.

"Por outro lado, aqui nesta casa, os parlamentares começaram a discutir a PEC 09, proposta por esse mesmo governo, que diz o seguinte, "gastar 30% do orçamento do Estado com educação seria desperdício. Sendo assim, vamos reduzir para 25%". Olha só que absurdo, o governo do Estado que está leiloando a gestão das escolas sob o argumento de que não tem dinheiro é o mesmo que agora propõe redução dos recursos para a educação. Isso para mim é uma insanidade", argumentou Leci.

Dessa mesma forma, a deputada falou que é preciso investir em saúde e educação e fez uma proposição aos parlamentares do porque não taxar os mais ricos.

"Quem conhece a nossa história sabe que sempre fomos favoráveis ao aumento de recursos para a saúde, mas nós também defendemos a gestão competente, transparente e democrática dos recursos públicos para que não seja necessário tirar dinheiro de um setor fundamental como a educação para colocar em outro igualmente importante como a saúde", disse.

"Porque não se pensa em manejar os recursos dos mais ricos para esse fim? porque sempre a conta deve ser paga pelos mais pobres. Esse assunto é muito sério e precisa ser debatido com a população", continuou.

Leci relembrou que não há nenhuma dúvida da posição do PCdoB em relação à PEC do corte de gastos, sendo absolutamente contra a proposta.

"Para encerrar, senhor presidente, eu quero parabenizar uma deputada que não é do meu partido, que é o PCdoB, é do PSOL, a deputada Paula da Bancada Feminista, que ontem nesse plenário lembrou a Constituição Federal (CF) de fato indica que os estados devem investir 25% em educação, porém, a CF não limita esse investimento e que a Constituição do nosso estado estipulou o piso de 30% por entender que educação é prioridade, educação é prioridade. Portanto, para que não reste nenhuma dúvida sobre o nosso posicionamento em relação a essa PEC, eu quero declarar que nosso mandato é absolutamente contrário a essa proposta", afirmou Leci.

PEC DOS CORTES

A base de Tarcísio na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) pretende votar até a próxima quarta-feira (13), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz o investimento mínimo na educação paulista de 30% para 25%.

Após acordo com manifestantes e parlamentares da oposição, o presidente da ALESP, André do Prado (PL), anunciou que fará uma audiência pública para debater o tema na próxima semana.

A PEC de Tarcísio propõe reduzir o investimento em educação de 30% para 25% da receita estadual. O argumento é de que os recursos seriam redirecionados para a área da saúde.

De acordo com a proposta orçamentária para 2025, esse percentual, nominalmente, poderia significar uma retirada de até R$ 11,3 bilhões do orçamento da educação no estado, o que aprofundaria a crise de financiamento das escolas públicas em São Paulo.

Embora a Constituição de 88 exija que os estados invistam no mínimo 25% de suas receitas em educação, a Constituição do Estado de São Paulo estabelece que o governo estadual deve destinar, no mínimo, 30% de suas receitas líquidas para essa área.

Especialistas, no entanto, explicam que o governo de São Paulo só alcançava o patamar de 30% de investimento em educação ao incluir, indevidamente, o pagamento de pensionistas, um gasto que deveria ser coberto pela Previdência Social.

A flexibilização impactará diretamente a qualidade da rede estadual de ensino, assim como das escolas técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) que são mantidas com os recursos.

"O governo que está leiloando a gestão das escolas é o mesmo que agora propõe redução dos recursos para a educação. Isso para mim é uma insanidade", argumentou Leci

AGU processa Enel e exige R$ 1 bilhão em indenizações por apagões que afetaram São Paulo

A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou nesta sexta-feira (8) uma Ação Civil Pública (ACP) contra a distribuidora Enel, responsável pelo fornecimento de energia elétrica na Grande São Paulo. A ação exige que uma empresa indenize os consumidores afetados por uma série de apagões no fornecimento de energia ocorridos entre 11 e 17 de outubro de 2024.

O processo foi apresentado à Justiça Federal de São Paulo e visa a reparação dos danos causados pelas falhas, tanto em nível coletivo quanto individual.

Processo foi apresentado à Justiça Federal de SP

A AGU exige indenização de R$ 260 milhões por danos morais coletivos, direcionados às falhas que afetaram a distribuição de energia após fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo. Além disso, o pedido contempla compensação individual aos consumidores que tenham energia por mais de 24 horas, com o valor mínimo de R$ 500 por dia, por unidade.

Com base em informações da própria Enel e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), estima-se que as indenizações individuais poderão atingir um valor de pelo menos R$ 757 milhões, considerando que, após as primeiras 24 horas de interrupção, aproximadamente 900 mil unidades consumidoras continuadas sem energia. Dessa forma, o montante total da indenização pleiteada, somando o dano coletivo, pode exceder R$ 1 bilhão.

A AGU especifica que as indenizações individuais serão aplicadas na forma de descontos nas contas de energia dos consumidores afetados. A Enel também deverá fornecer informações detalhadas sobre o total de consumidores impactados e o tempo em que ficaram sem energia.

A ação ressalta que a Enel justificou a demora no restabelecimento do serviço como consequência de um evento climático excepcional. No entanto, a AGU argumenta que a empresa desrespeitou a Resolução nº 1.000/2021 da Aneel, que exige a retomada do serviço em até 24 horas para áreas urbanas. A ação aponta, ainda, que as falhas são recorrentes, lembrando que, em novembro de 2023, uma situação semelhante ocorreu na região devido a fortes chuvas, gerando novamente atrasos no restabelecimento da energia.

Em sua argumentação, a AGU reforça que a supervisão deveria prever e se preparar para enfrentar tais riscos climáticos, estabelecendo medidas para garantir que os serviços sejam retomados em prazos adequados, dada a essencialidade do fornecimento de energia. "Se o risco de eventos climáticos mais severos nesta época do ano for recorrente, provável e previsível, a entrega tem o dever de considerar esse risco na sua atividade de fornecimento de energia elétrica, criando mecanismos para restabelecer o serviço ao consumidor em prazo razoável, justamente para se tratar de serviço público essencial", aponta a ação.

Lula fala durante assinatura do acordo

Entidades e Ouvidoria da Polícia repudiam morte de Ryan, de 4 anos, em operação da PM em Santos

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, junto a entidades de defesa dos direitos humanos e parlamentares, manifestou repúdio e indignação diante da morte de um menino de 4 anos e de um jovem de 17 durante operação da Polícia Militar, na noite de terça-feira (5), no Morro São Bento, em Santos.

O menino Ryan da Silva Andrade Santos, de 4 anos, brincava na calçada em frente à casa de uma prima quando foi atingido por um disparo, que, segundo porta-voz da PM, "tudo indica, pela dinâmica da ocorrência e a disposição do cenário, que partiu de uma arma de um policial militar".

Além de Ryan, os policiais acertaram outros dois adolescentes. Gregory Ribeiro Vasconcelos, de 17 anos, morreu no local, enquanto outro, de 15 anos, foi socorrido, passou por cirurgia e não corre risco de morte.

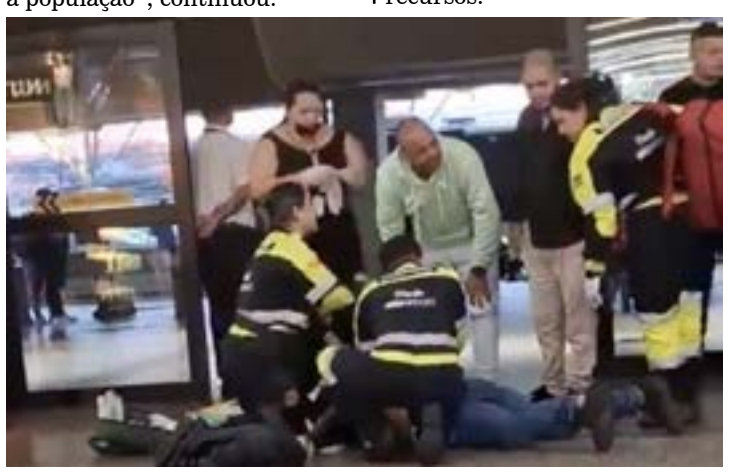
"É inadmissível que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, assim como o comando da PMESP, considere a morte, sobretudo de crianças, como um resultado aceitável da atuação policial. Este tem sido um desdobramento cada vez mais comum da atuação violenta e desmedida da PMESP em bairros pobres e periferias do estado", afirma a nota das entidades de defesa dos direitos humanos.

A Ouvidoria e diversas organizações, como a Associação Amparar, Bancada Feminista, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, Comissão Arns, Conectas Direitos Humanos, Ediane Maria – deputada estadual, Eduardo Suplicy – deputado estadual, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Sou da Paz, Instituto Vladimir Herzog, Movimento Independente Mães de Maio e Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, assinam a nota.

O documento ressalta que, sob a atual gestão, aumentaram as ações que indicam execuções sumárias por policiais, sem controle efetivo dos repetidos abusos aos direitos fundamentais. Observa-se também que a polícia militar se sente legitimada a agir com truculência, negligenciando o profissionalismo.

As entidades lembram casos anteriores, como o de uma criança de 7 anos ferida no olho em abril, em Paraisópolis, que perdeu a visão após ser atingida por um disparo durante uma operação da PM a caminho da escola. Em março, Edneia Fernandes Silva, mãe de seis crianças, foi morta por um tiro na cabeça em uma praça de Santos durante uma intervenção da PM na chamada Operação Verão.

"As trágicas mortes de Ryan e outros casos demonstram um padrão de atuação policial pautado no conflito e no uso excessivo da força, promovendo mortes e violação de direitos, sobretudo nas periferias do estado", reiteram as entidades.



Homem assassinado no aeroporto de Guarulhos revelaria em delação a ligação de policiais com o PCC

Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, morto a tiros no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, na última sexta-feira (8), estava prestes a denunciar atos de corrupção envolvendo policiais e delegados em diversos departamentos. Segundo um acordo de delação obtido pela CNN, a vítima colaborava com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) e prometia fornecer informações detalhadas sobre a atuação de agentes do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e o 24º Distrito Policial da Capital.

Além de expor a corrupção policial, Vinícius também planejava entregar dados sobre líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), como Anselmo Becheli Santa Fausta, conhecido como "Cara Preta", e outros membros de destaque da organização criminosa.

Conforme o secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, não está descartada a possibilidade de envolvimento de policiais na execução. Derrite revelou que Vinícius havia delatado policiais civis à própria Corregedoria da Polícia Civil, apontando para um possível desdobramento do acordo com o Ministério Público.

Para investigar o crime, a Secretaria de Segurança Pública criou uma força-tarefa liderada pelo delegado Osvaldo Nico Gonçalves, integrando representantes das polícias Civil, Militar, Federal e do Ministério Público, com o objetivo de esclarecer os autores e motivações do assassinato, cujas ligações com facções e agentes de segurança pública são agora alvo de análise aprofundada.

Terceirizada dá meia banana para crianças e proíbe repetir merenda em escolas de São Paulo

As escolas municipais da zona sul de São Paulo, estão impedindo os estudantes de repetirem a refeição servida nas merendas. Pais de alunos e funcionários das escolas denunciaram o descaso com as refeições servidas para as crianças.

A empresa terceirizada responsável pelo fornecimento dessas refeições é a Sepat Multi Service LTDA, com sede em Joinville (SC), que passou a operar sob contrato com a Prefeitura de São Paulo a partir do dia 1º deste mês.

A empresa fornece merendas para 190 instituições de ensino sob responsabilidade da Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Campo Limpo, como escolas infantil (EMEI) e fundamental (EMEF), educação especial (EMEBS), de jovens e adultos (EJA) e os CEUs (Centro Educacionais Unificados).

O cardápio diário da rede pública prevê lanche, refeição e sobremesa. Para atender a DRE Campo Limpo, a prefeitura pagará quase R$ 12 milhões por mês à Sepat.

A medição que define o valor a ser pago pela prefeitura à empresa é baseada na quantidade de refeições servidas diariamente. Cabe à direção da unidade de ensino entregar este levantamento às diretorias regionais de ensino com o número de refeições servidas e, inclusive, uma observação quanto a avaliação de desempenho do serviço prestado.

Empresa alega seguir determinações da Prefeitura

A empresa alega que segue a diretriz da Prefeitura de São Paulo, enquanto a Secretaria Municipal de Educação diz que refeições e frutas de sobremesa são disponibilizadas para alunos na quantidade que desejarem.

A gestão do bolsonarista Ricardo Nunes (MDB) alegou que o departamento de nutrição da pasta recomenda a oferta de um lanche para cada estudante por dia "para evitar que o aluno reduza o interesse no consumo da refeição seguinte (almoço ou jantar), com maior valor nutricional".

A região, no extremo da zona sul, está entre os dez distritos da capital com os menores indicadores do Mapa da Desigualdade, elaborado pela organização Rede Nossa São Paulo. O ranking leva em consideração indicadores em áreas como educação, habitação, saúde e trabalho e renda.

Uma diretora e uma professora contam sob anonimato que a alimentação dos alunos autistas está sendo negligenciada pela nova empresa. Isto porque, segundo elas, a criança autista que possui seletividade alimentar não está sendo atendida de acordo com a sua demanda.

A professora contou que, nesta terça, uma criança com autismo que só come arroz recebeu o prato com todos os ingredientes: feijão carioca, arroz, strogonoff de frango e batata rústica.

CONSEQUÊNCIAS DA TERCEIRIZAÇÃO

Para a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), "é um absurdo a Prefeitura de São Paulo permitir que empresas terceirizadas proíbam a repetição dos lanches e entregar apenas metade de uma fruta ou uma bolacha nos horários do desjejum e os lanches de intervalo das crianças".

Família de Ágatha Félix repudia absolvição de PM que fez disparo e recorrerá do julgamento

Após mais de 12 horas de julgamento, o Tribunal de Júri decidiu absolver o policial militar Rodrigo José de Matos Soares, autor do disparo de fuzil que matou a menina Ágatha Vitória Sales Félix, aos 8 anos de idade.

O caso ocorreu em setembro de 2019, na Comunidade da Fazendinha, no Complexo do Alemão. O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) informou que já apresentou recurso para recorrer da decisão, de acordo com informações da Agência Brasil.

A criança foi atingida nas costas quando estava dentro uma Kombi, retornando de um passeio com a mãe. Na decisão, o júri apontou que o policial mentiu em suas primeiras versões e que foi o autor do disparo, mas considerou que não houve "intenção de matar".

Pelas redes sociais, o advogado Rodrigo Mondego, responsável pela defesa da família de Ágatha, criticou a sentença.

"O júri confirmou que o policial réu mentiu e realmente foi o autor do tiro que acertou a menina. Mesmo assim absolveu ele. Estou com um sentimento de tristeza e nojo dessa sociedade que aceita mansamente a morte de crianças", escreveu.

O julgamento teve início na tarde desta sexta-feira (8) e avançou pela madrugada. Diversas testemunhas foram ouvidas. O primeiro depoimento foi de Vanessa Sales, mãe de Agatha, que relatou os últimos momentos com sua filha.

O Tribunal de Júri foi composto por cinco homens e duas mulheres, que foram selecionados mediante sorteio e que ficaram incomunicáveis durante toda o julgamento.

Rodrigo José respondia ao processo em liberdade. Ele havia sido denunciado pelo MPRJ pelo crime de homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima. A denúncia foi aceita em dezembro de 2019.

SEESP

Sindicato dos Engenheiros de SP:

'Fim da contribuição sindical foi o maior golpe contra a organização dos trabalhadores'

Em entrevista ao HP, Murilo Pinheiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), entidade com 500 mil engenheiros na base e 60 mil sócios, considerou o fim da contribuição sindical, "um dos maiores golpes já aplicado contra o movimento sindical".

Para ele, é prioridade absoluta, e urgente, a unidade das entidades sindicais para restabelecer um mínimo de equilíbrio nas relações trabalhistas. Sobre isso, existe um consenso no movimento sindical no sentido de as contribuições serem para toda categoria, aprovadas em assembleia, no acordo coletivo.

O aprendizado que deve ficar é "a convicção de mostrarmos à nossa base, à sociedade, a importância para democracia de termos sindicatos atuantes". "Não podemos ter uma sociedade que considere a precarização natural. Só teremos um país próspero e desenvolvido com a valorização do trabalho e condições dignas de vida para a maioria", afirma.

Leia, a seguir, a entrevista na íntegra.

C.P

HP – Como a organização dos trabalhadores foi atingida com o fim da contribuição sindical?

Murilo Pinheiro – Foi certamente um dos maiores golpes contra a livre organização dos trabalhadores, porque acabou, de uma hora para outra, sem qualquer debate democrático, com uma fonte de custeio legítima que existia há décadas. A medida visava, juntamente com as demais mudanças trazidas pela reforma de 2017, impedir que as organizações dos trabalhadores seguissem defendendo as suas categorias e lutando por conquistas.

Tem sido com muito esforço e dificuldades que entidades como a nossa seguem cumprindo seu papel. É certamente urgente rever essa situação a bem do equilíbrio nas relações do trabalho e da própria democracia.

HP – O Sistema 'S' dos empresários arrecada compulsoriamente, por ano, R$ 27 bilhões. Com o fim da contribuição sindical, a arrecadação dos sindicatos caiu 90%. Como fica a correlação de forças nas negociações coletivas?

M.P – Obviamente, a correlação de forças se torna ainda mais desigual. Esse quadro deixa muito claro que se trata de enfraquecer um lado da balança, o dos trabalhadores, claro.

HP – Na sua opinião o movimento sindical ficou encolhido na defesa dos seus interesses, nessa questão?

M.P – Eu não diria que ficou encolhido, mas talvez tenha faltado unidade ampla nessa batalha para que tivéssemos mais condições de mostrar aos trabalhadores, às nossas categorias e à sociedade em geral, a importância de existir organizações sindicais fortes e atuantes; mostrar que o sindicalismo é bom para a democracia e não prejudica a economia, pelo contrário. Esse é um aprendizado que precisa ser feito; há muitas trincheiras em que precisamos estar juntos, além de buscar aliados nos vários setores da sociedade.

HP – Você acha que é possível, se necessário, sustentar ou defender na base a contribuição sindical?

M.P – É totalmente possível e necessário, embora seja difícil transpor a mentalidade antissindical que foi construída por aqueles que desejam o império do capitalismo selvagem, sem direitos ou regras civilizatórias. E esses contaram, é necessário dizer, com apoio de parcela significativa da mídia, que repercute o discurso contra a organização dos trabalhadores. Mas, objetivamente, se queremos assegurar nossos direitos, ter remuneração digna, condições de trabalho adequadas, precisamos ter meios de fazer essa luta. O custeio desse esforço precisa ser algum tipo de contribuição coletiva, obviamente a ser definida de forma transparente e com bom senso. Esse debate precisa ser feito com a base.

HP – O fim da contribuição tem o objetivo de atingir a unicidade sindical?

M.P – A unicidade sindical impede a fragmentação excessiva da organização dos trabalhadores e, portanto, fortalece a luta. É uma regra importante que precisa ser preservada. Acabar com a contribuição, me parece, teve o objetivo de ferir de morte não o dispositivo da unicidade, mas a organização sindical em si. Lamentavelmente, na disputa em torno da opinião pública, prevaleceu a ideia equivocada de que as entidades sindicais têm receita sem prestar serviço, quando, na realidade, é a luta delas que conquistou os direitos trabalhistas existentes, e pode preservá-los.

HP – Temer e Bolsonaro desfiguraram a CLT, enfraqueceram a Justiça do Trabalho e acabaram com a contribuição sindical para toda categoria, a essência da obra de Getúlio Vargas para os trabalhadores. Como virar essa situação?

M.P – Recuperar questões essenciais previstas na CLT, que foram eliminadas nos últimos tempos, é fundamental para que se tenham relações de trabalho civilizadas no Brasil. Obviamente, esse resgate deve levar em conta o novo mundo do trabalho, transformado pela tecnologia, mas não podemos ter uma sociedade que considere a precarização natural. Só teremos um país próspero e desenvolvido com a valorização do trabalho e condições dignas de vida para a maioria.

Adilson alerta para "conspiração contra o desenvolvimento nacional"

CTB

Adilson, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Para Adilson Araújo, presidente da CTB, "equipe econômica do governo parece não levar em conta as lições da história"

O crescimento da economia, do emprego e do bem estar social, corresponde aos interesses maiores da nação e do povo brasileiro.

Mas, há forças poderosas, abrigadas no mercado financeiro, que conspiram diuturnamente contra o desenvolvimento nacional.

Atuam hoje destacadamente em duas esferas interligadas do tripé macroeconômico: a política monetária e a política fiscal.

Na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária do Banco Central decidiu aumentar novamente a taxa básica de juros (Selic), agora fixada em 11,25%, a segunda maior do mundo em termos reais (ou seja, depois de descontada a inflação).

É necessário observar que os diretores do Banco Central indicados por Lula votaram pela elevação da taxa, capitulando à pressão do "mercado".

O pretexto, como sempre, é combater a inflação e fazer frente a incertezas globais, mas na realidade os juros altos contemplam os interesses de banqueiros e rentistas ociosos, cujos lucros sobem escandalosamente.

BILHÕES PARA RENTISTAS OCIOSOS

Estima-se que a alta definida ontem, de 0,5%, vai transferir em torno de R$ 25 bilhões a mais para quem possui títulos da dívida pública.

É preciso assinalar que os grandes bancos, seja como instituições financeiras ou fundos de investimento, detém hoje 47,5% desses preciosos papéis.

Lucram sem nada produzir.

Em contrapartida, os juros altos deprimem o consumo e os investimentos, freando a marcha da economia e condenando o país à estagnação, o que resulta no crescimento do desemprego, redução dos salários e crescimento do endividamento das famílias.

CRISE ARTIFICIAL

Cinicamente, os empresários do setor financeiro e a mídia burguesa usam o aumento do endividamento do governo para pressionar por cortes no chamado orçamento primário, ou seja, na saúde, na educação, na assistência social, habitação popular e nos investimentos em geral.

Silenciam sobre o peso dos juros, que consomem cerca de 50% do Orçamento da União, e a necessidade de reduzi-los substancialmente e ao mesmo tempo reestruturar a dívida pública.

Os interesses dos rentistas são considerados sagrados e "imexíveis", como diria o companheiro Rogério Magri.

Com muito barulho nos meios de comunicação e especulação no mercado de moedas e de capitais criam na sociedade um ambiente artificial de crise para forçar o governo Lula a adotar um ajuste fiscal que preserva os interesses da burguesia financeira e sacrifica exclusivamente a classe trabalhadora.

TRANSFERÊNCIA PERVERSA DA RENDA NACIONAL

Já vimos este filme.

Pressão semelhante levou a ex-presidente Dilma a optar por um desastroso ajuste fiscal no passado, que funcionou como um passaporte para o impeachment na medida em que lançou a economia para o pântano da recessão e sacrificou direitos dos trabalhadores. O governo entrou em rota de coalizão com a classe trabalhadora e os movimentos sociais, perdendo apoio social e base de sustentação política.

A equipe econômica do governo parece não levar em conta as lições da história ao cogitar subtração de direitos sociais, inclusive alterando a Constituição para retirar recursos hoje destinados aos mais pobres com o propósito subjacente de garantir o pagamento integral dos serviços da dívida pública e a acumulação e expansão do capital improdutivo em mãos de banqueiros e rentistas.

Trata-se de uma perversa transferência de renda, que de resto sabota o anseio nacional por desenvolvimento e é inaceitável para a classe trabalhadora e uma ampla maioria de brasileiros e brasileiras.

A CTB alerta que reduzir direitos é o caminho para o fracasso do governo Lula, ao mesmo tempo em que orienta o conjunto da sua militância a mobilizar as bases para a luta contra o ajuste fiscal que vem sendo proposto, pela redução das taxas de juros e pelo desenvolvimento nacional com valorização do trabalho.

Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

**Artigo reproduzido do portal CTB*

"Decisão do STF é um retrocesso que ataca a base do serviço público", denunciam entidades

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, na última quarta-feira (6), a mudança na Constituição que permite a contratação de servidores públicos via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), derrubando a estabilidade dos servidores públicos do atual regime jurídico único (RJU).

A alteração foi feita durante a Reforma Administrativa de 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que retirou a obrigação do regime jurídico único para os servidores da União, estados, Distrito Federal e municípios. Após contestação apresentada pelos partidos PT, PDT, PCdoB e PSB, em 2000, a mudança foi suspensa em 2007.

Agora, com a validação do STF, a "flexibilização" do regime de contratação dos servidores volta a valer. Com isso, mudam-se as regras para os futuros servidores de todas as áreas que não são carreiras de Estado, e o modelo de contratação passa a ser definido pelos governos federal, estaduais e municipais, devendo passar por alteração nas leis que regem cada categoria.

A decisão do Supremo gerou reação de diversas entidades, que se manifestaram alertando para os riscos dessa mudança. Para Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a medida "é drástica para os serviços públicos no país".

"Abre portas para que governos, governadores e prefeitos possam contratar [via CLT]. Para nós, o ideal e o óbvio é através do regime jurídico único. Não é possível tratar a mesma situação de forma diferenciada. Isso começa a precarizar condições de trabalho, precarizar remuneração, precarizar direitos. E essa decisão do STF permite essa situação", diz o dirigente.

Jucélia Vargas, a presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), destaca que a mudança pode afetar também o concurso público para o funcionalismo, "porque o concurso público serve exatamente para cumprir a exigência dos regimes jurídicos únicos, em que todos os servidores daquele município, daquele estado são contratados. Com essa decisão, se não eram feitos concursos antes, agora serão menos ainda. Vão criar leis de contratação a torto e a direito".

A decisão do STF atinge a estabilidade do servidor público, "uma das principais garantias do regime jurídico único", ressalta o Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Pernambuco (Sindjud-PE). "É a estabilidade dos servidores, que visa a proteção de influências políticas e de pressões externas. Esse regime permite que possamos cumprir nossas funções de maneira independente, colocando o interesse público acima de interesses particulares. O fim dessa proteção pode levar à politização dos cargos, uma vez que gestores podem optar por substituir servidores de acordo com conveniências pessoais ou políticas, o que, em última análise, compromete a continuidade e a qualidade do serviço público", afirma.

O Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro-DF) também emitiu nota repudiando a decisão do STF. "Essa decisão, além de ser um retrocesso histórico, ataca diretamente as bases do serviço público e os direitos dos trabalhadores, especialmente nas áreas essenciais como saúde, educação e segurança, que dependem de um funcionalismo estável, capacitado e comprometido com a população. A abertura para a contratação via CLT cria um ambiente de volatilidade e falta de continuidade nas políticas públicas. O mais grave é que ações como essas fortalecem o discurso neoliberal de Estado Mínimo, que, em última instância, prioriza o lucro sobre os serviços públicos, abrindo caminho para as privatizações de serviços do Estado previstos na Constituição", afirma a nota.

Na votação, o ministro Gilmar Mendes divergiu da relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, que havia votado pela inconstitucionalidade da mudança. O entendimento de Gilmar Mendes pela validade da mudança acabou prevalecendo, sendo acompanhado pelos ministros Nunes Marques, Flavio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e o presidente Luís Roberto Barroso. Votaram pela inconstitucionalidade, além da relatora, os ministros Edson Fachin e Luiz Fux.

HP — CHARGE DO ÉTON

Presidente da FUP: "Juro alto é inimigo do nosso crescimento"

"O juro alto do Banco Central é um grande inimigo do processo de reindustrialização ou neoindustrialização no país e precisa ser combatido", afirmou Deyvid Bacelar, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), nesta quarta-feira (6).

Em declaração ao HP, o dirigente dos petroleiros destacou que "o presidente Lula avança na mudança da presidência do BC e de sua diretoria, o que nos faz ter uma crença de que as taxas de juros serão reduzidas ao longo do processo".

"Acreditamos que o novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, enfrentará esse tema e tenhamos aí um crescimento econômico e da nossa indústria ainda maior nos próximos anos de 2025 e 2026". De acordo com Bacelar, é preciso também observar a forte "pressão para cortes de gastos do governo. O mercado financeiro, com seu poder de 'sequestro' do Estado, vem pressionando para redução dos investimentos e dos gastos do governo", alerta.

Para Ubiraci Dantas, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), "o Brasil tem uma das maiores taxas de juros do mundo. Esse câncer que atinge a economia nacional, o emprego, o salário, a indústria nacional, precisa ser extirpado".

"Não é possível que o Brasil tenha que viver como colônia dos estrangeiros. Todos os anos o país paga bilhões para os parasitas, agiotas e especuladores. Só nos últimos 12 meses foram destinados R$ 855 bilhões para quem não produz nada, nem um prego. Além dessa discrepância, me vem o ministro da Fazenda, Haddad, e mais alguns desavisados, sugerir cortes no seguro desemprego, no FGTS, no BPC, corte nas aposentadorias, acabar com os pisos constitucionais da saúde e educação".

"Abraça o pessoal da Faria Lima e joga os pobres aos leões. Não bastasse toda essa desgraça ainda querem aumentar ainda mais as absurdas taxas de juros. Basta. É preciso unir os trabalhadores, os empresários e todos os homens e mulheres de bem para estancar essa sangria".

Torcida israelense grita "morte aos árabes" e leva troco em Amsterdã

Reprodução

Neto de Mandela denuncia apartheid de Israel

Inglaterra apoia genocidas sionistas e nega o visto de entrada ao neto de Mandela

O neto do ex-presidente sul africano, Nelson Mandela, ao ter o visto de entrada negado pelo governo do Reino Unido, fez duras críticas ao governo britânico que atualmente está apoiando Israel em seu genocídio de palestinos em Gaza e no sul do Líbano.

Mandla Mandela, é chefe tribal no Conselho Tradicional de Mvezo e ex-membro da Assembleia Nacional da África do Sul. Ele iria discursar em vários eventos no Reino Unido sobre o apartheid Israelense, o genocídio em Gaza e a luta palestina por liberdade.

A justificativa do governo britânico é a de que o apoio de Mandela pela resistência armada palestina e libanesa contra as agressões sanguinárias de Israel causaria "desconforto" na comunidade judaica do Reino Unido.

Durante o governo de Margaret Thatcher, o Reino Unido se recusou a estabelecer sanções contra a África do Sul que na época estava sob o regime do apartheid, que impôs brutalmente a segregação racial no país até 1994. O Reino Unido até chegou a rotular Nelson Mandela e todo o movimento de liberação sul africano do Congresso Nacional Africano, como terroristas.

"Não seremos silenciados. Carregamos o legado que Madiba (Nelson Mandela) defendeu quando disse durante seu julgamento: Lutamos contra a dominação negra e a dominação branca".

"Levaremos", prosseguiu, "esse legado com orgulho e lutaremos contra a desigualdade, a dominação, a ocupação e a desigualdade onde quer que ela levante sua horrenda cabeça. Continuaremos a apoiar os oprimidos do mundo onde quer que estejam. Nunca abandonaremos o povo palestino que esteve conosco em nossa hora mais sombria".

Ele também disse que a carta de recusa do Reino Unido evidencia a cumplicidade britânica com "o apartheid de Israel e seu apoio contínuo ao genocídio em Gaza e em toda a Palestina ocupada"

"Alcançamos nossa liberdade apesar do apoio que o apartheid da África do Sul recebeu do Reino Unido e dos EUA e esta carta de recusa é uma extensão da mentalidade colonial que busca nos negar nosso direito de livre circulação, associação e expressão", acrescentou.

"Não seremos silenciados. A recusa de visto é uma violação do meu movimento e uma tentativa de minar o trabalho do Movimento Anti-Apartheid no Reino Unido."

"O movimento e a liberdade de meu avô também foram restritos, mas ele recusou a condição de libertação da prisão que o restringia ao Transkei. Ele permaneceu firme em sua busca por justiça e continuou a ser um símbolo de liberdade, justiça e direitos humanos para todos."

Al Jazeera

Baderneiros saíram de Israel para tumultuar no centro de Amsterdã

Premiê genocida Netanyahu recorre ao surrado "ato de antissemitismo" para se referir à justa ira popular que tomou conta do povo holandês

Centenas de torcedores do time israelense Macabi Haifa entraram no estádio Joan Cruyf, em Amsterdã, gritando "exército de Israel vai vencer e foder os árabes", "não há mais escolas em Gaza, todas as crianças morreram" e ainda "morte aos árabes, todos vão morrer" já no metrô quando iam para o estádio.

Os tordedores do Macabi já estavam tumultuando a capital holandesa desde a véspera, dia 6, quando arrancaram bandeira palestina de uma das casas, atearam fogo a bandeiras e atacaram táxis.

Desrespeitaram a todos, já dentro de estádio, assoviando e vaiando quando foi pedido um minuto de silêncio em solidariedade aos espanhóis atingidos pela enchente em Valência.

A ira popular acabou explodindo e os baderneiros israelenses levaram uma exemplar coça nas ruas da capital holandesa.

Netanyahu recorreu ao surrado bordão de "ataque antissemita" para descrever a rebeldia popular contra a manifestação racistas dos torcedores do Macabi. Além disso, teve a desfaçatez de ameaçar a soberania dos demais países europeus, dizendo que mandará contingentes do famigerado serviço secreto de Israel, o Mossad em meio às torcidas israelenses nos próximos jogos.

O primeiro-ministro holandês, Dick Schoof, embarcou na narrativa do regime israelense dizendo-se "horrorizado com os atos de antissemitismo".

PROVOCAÇÕES

As provocações racistas foram captadas em vídeos divulgados nas redes sociais e o chefe de polícia de Amsterdã, Peter Holla, corroborou todas as informações acerca dos abusos, mas as lideranças árabes denuciaram que a polícia prendeu apenas os que respondiam à agressão dos torcedores do Macabi (60 prisões entre os holandeses e nenhuma prisão de israelenses).

A invasão israelense foi repudiada pelo vereador Jazie Veldhuyzen da capital holandesa: "Eles começaram atacando casas de moradores de Amsterdã que traziam bandeiras palestinas em suas fachadas, foi aí que, na verdade, a violência começou".

"Em reação a tudo isso", prosseguiu o vereador, "os de Amsterdã se mobilizaram e responderam aos ataques iniciados pelos baderneiros do Macabi".

O morador de Amsterdã, Mo Kotesh, declarou que "o fato de torcedores israelenses fazerem baderna no centro de Amsterdã, entoarem slogans racistas e subirem nos muros de casas para arrancar bandeiras palestinas, é parte da condição de muitos israelenses neste momento: um completo desligamento da realidade, da percepção do que ocorre em termos de ações e consequências".

INVESTIGAÇÃO

O ministro do Exterior da Palestina, Muhammad Mustafa, condenou as "palavras de ordem anti-árabes" e os ataques a bandeiras palestinas e chamou o governo holandês a "conduzir uma imediata investigação sobre os instigadores destes distúrbios e a proteger os árabes e palestinos residentes na Holanda".

Os jogadores do Ajax também assumiram a responsabilidade de responder, em campo, às provocações israelenses, Aplicaram uma sova no Macabi que acabou goleado por 5 a 0. O primeiro tempo já havia terminado com o Macabi em desvantagem no placar: 3 a 0.

Forças de extermínio de Netanyahu lançaram 85 mil toneladas de bombas sobre Gaza em um ano

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) denunciou junto à ONU os danos a edifícios, infraestrutura e meio ambiente, acusando Israel de grave violação ao Direito Internacional e às Convenções de Genebra.

O Departamento da ANP Qualidade Ambiental afirmou que o exército de ocupação israelense lançou mais de 85 mil toneladas de bombas na Faixa de Gaza desde o início da agressão em 7 de outubro de 2023.

Em comunicado divulgado nesta quarta-feira (6), por ocasião do Dia Internacional para a Prevenção do Uso do Meio Ambiente em Conflitos Militares, data instituída pela Assembleia Geral da ONU, a organização assinalou que os contínuos bombardeios das forças de ocupação e extermínio na Faixa de Gaza causaram a destruição de grandes áreas agrícolas, terras e contaminação do solo com produtos químicos tóxicos que têm dificultado a agricultura durante décadas.

A devastação atingiu 80% dos prédios da área. Cerca de 100 sítios históricos foram arrasados, incluindo a Igreja de São Porfírio retratada na foto que ilustra a matéria.

A Autoridade para a Qualidade Ambiental denunciou que a ocupação tem utilizado todos os tipos de armas e mísseis na sua agressão contínua, incluindo o fósforo branco, que é proibido pelo direito internacional ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre armas convencionais, que tem como alvo elementos do ambiente, causando graves problemas ambientais, danos que ameaçam a vida humana e todos os organismos vivos.

Dawood Nemer/AFP

Bombas israelenses destruíram 100 sítios históricos

Os danos nas infra-estruturas das fontes de água levaram à fuga de água poluída para bacias subterrâneas, prenunciando um desastre sanitário e ambiental que ameaça centenas de milhares de residentes nas próximas gerações, apontou.

No início deste mês, o Gabinete Central de Estatísticas da Palestina (PCBS) e a Autoridade de Qualidade Ambiental alertaram que 75% dos palestinos no norte de Gaza bebem água contaminada.

A Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu a data em 2001, durante o mandato de Kofi Annan como secretário-geral. O objetivo é alertar para os danos que o ambiente sofre em contextos de guerra, como poluição da água, destruição de florestas e solos, e morte de animais para fins militares.

AGUAS CONTAMINADAS

Quanto à Cisjordânia Palestina, o organismo afirmou que os colonos israelenses e o treino militar do exército ocupante representam um grande perigo para o ambiente palestino, estimando que as forças de Netanyahu despejam cerca de 40 milhões de metros cúbicos de águas residuais não tratadas todos os anos nos territórios palestinos.

A Autoridade apelou à ONU e à comunidade internacional para que tomem medidas urgentes para pôr fim à agressão em curso, prevenir a exploração do meio ambiente realizada para fins militares e fazer cumprir as leis internacionais, incluindo o Protocolo de Genebra e a Convenção que proíbe a utilização de técnicas de modificação ambiental para fins militares.

Também destacou a necessidade de documentar violações ambientais que ocorrem no território palestino, uma vez que os danos causados pela ocupação representam um grave perigo para a saúde da população e uma ameaça total para o futuro da região e os responsáveis devem ser expostos publicamente.

Reunidos em Brasília, líderes da Turquia, de Portugal e Indonésia exigem fim do genocídio em Gaza

Na 10ª Cúpula de Presidentes de Parlamentos dos Países do G20 ou P20, que reuniu parlamentares de países do G20, líderes de vários países exigem ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

Dezenas de países participantes da Cúpula de Presidentes de Parlamentos, que se encerrou em Brasília nesta sexta-feira, dia 8, defenderam reformas institucionais que apoiem a chamada governança global, como a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que atualmente tem 5 membros permanentes com poder de veto (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos).

Os líderes de parlamentos também debateram novas politicas para o desenvolvimento sustentável e medidas de enfrentamento da crise climática.

MASSACRE EM GAZA

O presidente do parlamento da Turquia, Numan Kurtulmus, que defendeu uma política de organização mundial mais igualitária. Segundo ele, houve um fracasso da ordem internacional em proteger países mais fracos e expressou que o massacre em Gaza é sinal da urgência de uma nova ordem mundial.

Tariq Altayer, vice-presidente do parlamento dos Emirados Árabes Unidos, também defendeu uma nova forma de organizar os países de forma a manter a paz e respeito aos direitos humanos. Ele também denunciou o desastre humanitário em Gaza e no sul do Líbano. José Pedro Correia Aguiar-Branco, presidente do parlamento de Portugal, defendeu uma reforma nas regras internacionais para que violações dos direitos humanos e invasões de territórios nacionais.

Para ele, não pode deixar de haver punição para detratores e citou Gaza como exemplo. "Um mundo sem regras, baseado na lei do mais forte, não pode ser opção," conclamou.

Puan Maharani, presidente do parlamento da Indonésia, defendeu o multilateralismo como nova plataforma para a reforma do Conselho de Segurança da ONU e repudiou a "indiferença de Israel aos apelos da comunidade internacional pelo fim do genocídio".

Valência exige saída do governador por fechar Defesa Civil e causar mortes com enchentes

Dezenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de Valência, neste sábado (9), para exigir o afastamento de Carlos Mazón, que preside o governo da região onde se localiza a cidade espanhola.

Mazón é acusado de "gestão inepta e descomprometida" que levou à devastação causada pelas chuvas torrenciais que atingiram Valência na terça-feira (29/10), e deixaram mais de 220 mortos. Desde quando se soube das centenas de mortes, começaram as denúncias contra o governo inclusive a de há cerca de um ano, Mazón havia eliminado a 'Unidade Valenciana de Emergências' – isto é, a Defesa Civil -, logo após tomar posse, como parte de sua política de violentos cortes nos investimentos públicos.

Os manifestantes, convocados por entidades sociais e partidos políticos de oposição, trataram o presidente do governo da região de "assassino", "criminoso", "canalha" e reivindicaram "Mazón para a prisão".

Durante a marcha também houve críticas à atuação do Executivo espanhol, liderado pelo socialista Pedro Sánchez, com brados como "Sánchez e Mazón, a mesma merda são", já que segundo inúmeras vítimas das chuvas, o presidente espanhol não mobilizou a tempo as tropas do Exército especializadas em tarefas de emergência e resgate.

No comunicado conjunto lançado na convocação da marcha, os manifestantes exigiram "a investigação de responsabilidades pela deficiente gestão da última Depressão Isolada de Alta Altitude (DANA)", motivo pelo qual "todas as organizações querem manifestar as suas condolências e solidariedade aos familiares e amigos das vítimas mortais e às pessoas afetadas".

Jesus Ciscar/El Diario

Manifestantes exigem a demissão de Carlos Mazón

Também denunciaram Carlos Mazón por "ter demonstrado grande ineficiência na gestão da crise, ao agir com 12 horas de atraso após uma previsão ineficaz e uma gestão tardia".

ALERTAS TARDIOS

"Nas horas anteriores era quando deveriam ter avisado para que ficássemos alertas, para que as crianças não tivessem ido à escola, para que não tivéssemos ido de carro para o trabalho", condenou o aposentado Julián García.

Na véspera da chuva mais intensa em um século, o alerta já estava vermelho, mas o governo de Carlos Mazón, do Partido Popular, não agiu nem denunciou a situação, o que poderia ter salvo dezenas de vidas. Pelo contrário, na tarde de terça-feira minimizou o temporal que tinha se transformado em tragédia nas ruas alagadas e enlameadas.

Sánchez, por sua vez, esperou que Mazón decretasse o nível de alarme ao terceiro grau para agir, conforme indicado pela gestão de riscos espanhola.

Os manifestantes também criticaram a postura descabida "daquelas empresas e partidos que exigiram que os seus trabalhadores fossem" aos seus locais de trabalho em plena crise, apontando vários partidos políticos como Podemos e Sumar, além de grandes empresas da região como a Mercadona.

A tempestade (DANA) no sudeste de Espanha, especialmente em Valência, foi uma das piores catástrofes naturais da história do país, com um número de mortos de 222 dos quais 214 em Valência – e mais de 36.500 pessoas resgatadas.

Terremotos atingem Cuba, que prioriza abastecimento de água, distribuição de energia e alimento

Após ser atingida por dois furacões em menos de um mês, que colapsaram o sistema energético cubano e prolongaram os apagões, a ilha caribenha enfrentou na manhã desta segunda-feira (10) dois grandes terremotos de 5,1 e 6,7 na escala Richter, que sacudiram o oriente do país, informou o Centro Nacional de Investigação Sismológica (Cenais).

Diante da gravidade da situação, "com deslizamentos de terras, danos a casas e a linhas de energia", o Conselho de Defesa Nacional afirmou que a prioridade, "antes de tudo é salvar vidas", garantindo a distribuição de água, energia e abastecimento.

O presidente Miguel Díaz-Canel Bermúdez pediu aos habitantes das áreas afetadas que saiam e permaneçam em locais abertos, frisando que todos os moradores de edifícios altos devem ter garantia de abrigo. "Estamos começando a avaliar os danos para iniciar a recuperação. Antes de mais nada, salvar vidas", reiterou.

Especialistas em saúde, comunicadores e psicólogos foram mobilizados de todo o país e chegaram às áreas mais afetadas pela atividade sísmica, onde o governo cubano está garantindo o atendimento às necessidades básicas.

Uma ampla e ágil rede de comunicação foi formada entre os governos locais e provinciais (estaduais) a fim de manter o Conselho de Defesa Nacional informado para que sejam avaliados os danos e sejam atendidas com urgência cada uma das necessidades, o que tem sido feito com extrema dedicação, de forma a vencer a devastação, apesar do criminoso bloqueio estadunide

A presidente do Conselho Provincial de Defesa de Artemisa, Gladys Martínez Verdecia, informou que 245 pessoas estão sendo atendidas. Acompanhada pelo vice-primeiro-ministro, Comandante da Revolução, Ramiro Valdés Menéndez, Verdecia disse que mais de 5.700 moradores afetados já conta com acesso à eletricidade; que 60 % da população tem acesso à telefonia fixa e 40% à telefonia móvel. O problema permanece sendo a água potável, ressaltou, frisando que apenas 17% dos atingidos viram o serviço restabelecido nas moradias, necessitando o apoio de caminhões pipa.

Verdecia assinalou avanços vitais na restauração de instalações de saúde pública, na distribuição de alimentos e no trabalho na agricultura, que incorpora brigadas para ajudar na recuperação de máquinas de irrigação. Entre outras informações, ressaltou que em breve chegarão à província 60 toneladas de cimento e 4.000 metros quadrados de telhas de zinco.

Enquanto isso, Mayabeque, menor província cubana, [que cultiva frutas cítricas, tabaco, uva para vinho e cana-de-açúcar para o rum], já havia recuperado 77% da eletricidade, embora o município de Quivicán ainda estivesse completamente às escuras.

Na capital, Havana, 850 casas foram afetadas, mas quase 90% do território já conta com a eletricidade plenamente restabelecida pelas "verdadeiras proezas" que o empenho e a dedicação dos cubanos executaram.

Fiasco do partido democrata reconduz Trump à Casa Branca

Levando em conta que no governo de Biden houve a maior onda grevista em décadas e protestos contra o genocídio em Gaza, engana-se quem achar que o fascismo vai nadar de braçada nos EUA

A mídia – fazendo as vezes de um inexistente, nos EUA, "TSE" – anunciou na manhã de quarta-feira (6) que o candidato republicano e ex-presidente Donald Trump venceu as eleições, superando, tanto no colégio eleitoral (277 a 224) quanto no voto popular, com cinco milhões de vantagem, a vice de Biden e candidata democrata, Kamala Harris, e de lambuja, levou também o Senado, além de se manter à frente também na Câmara de deputados, contrariando as pesquisas que asseveravam, até à véspera, que a disputa estava empatada.

Assim, estamos testemunhando um colapso histórico do Partido Democrata, antecipado na tentativa de trocar Biden pelo riso encenado de Kamala Harris, algo como mudar a turbina do avião em pleno voo, operação que flopou e não trouxe de volta os eleitores.

Após o anúncio da AP, um "clima fúnebre" se espalhou no QG democrata e Kamala sequer conseguiu discursar. Ao final do dia, tanto Biden quanto Kamala telefonaram para Trump, reconhecendo sua vitória e se prontificando para a transferência de poder.

Trump ganhou em cinco Estados-pêndulo (Geórgia, Wisconsin, Michigan, Carolina do Norte e Pensilvânia) e está a caminho de vencer nos outros dois (Arizona e Nevada), enquanto Kamala ficou atrás dos totais de votos conquistados por Biden em 2020 em praticamente todos os Estados e condados dos EUA. Vai levar dias para definir a situação na Câmara.

Diante da improvável suposição de que 72 milhões de eleitores hajam, especialmente, se entusiasmado pelo histórico de biliardário, fascista, xenófobo, racista e assediador contumaz, Trump, talvez seja mais proveitoso analisar porque o enxerto de Kamala só fez agravar a débâcle que se insinuava desde julho, quando uma performance desastrosa de Biden em um debate fora de época – antes das primárias – acabou levando à renúncia da candidatura.

Embora os contos de terror de Trump de imigrantes que "comem cachorros de estimação" ou despejados de "presídios e hospícios na fronteira sul" hajam tido ressonância em certas orelhas – para as quais sempre soou como música ditos como 'índio bom é índio morto' ou 'lincha o escravo fugido' -, não é isso que explica que, depois de esconjurado por assaltar o Capitólio para fraudar e virar a eleição que perdera e após o desastre no enfrentamento da pandemia, o biliardário e especulador imobiliário, que se fantasia de protetor dos pobres, dê tal volta por cima.

Desde os anos Clinton, com exceção da euforia de 2004 com a invasão do Iraque, os republicanos não venciam os democratas no voto popular. Hillary vencera por diferença de 3 milhões de votos e Biden, por sete milhões.

PERGUNTA QUE NÃO CALA

Possivelmente a explicação esteja na situação vivida pela população dos EUA, que se sentiu traída por Biden e suas promessas de "mudança". Comício após comício Trump fazia a seguinte pergunta aos participantes: "Você economicamente está pior ou melhor que há quatro anos?", registraram as agências de notícias. Ao que se vê, as urnas falaram. "É a economia, estúpido", como ficou marcado quando Clinton derrotou Bush Pai.

Pesquisas de boca de urna confirmam tal veredicto. Dois terços dos eleitores consideraram situação da economia "não tão boa/ruim", com apenas 35% endossando. Para pouco menos da metade dos eleitores sua própria situação econômica estava "pior do que há quatro anos", o dobro dos que sentiam ter melhorado sob Biden.

75% disseram que a inflação causou dificuldades familiares no ano passado. Mais de 70% declararam estar zangados ou insatisfeitos com o estado do país, com apenas 7% dizendo-se entusiasmados. Em maio, a aprovação de Biden já tinha despencado para 36%.

Também o crescimento econômico foi abaixo da média global: 2,5% em 2023, contra a média de 3,2% e muito longe do crescimento de países como a China e a Índia.

INFLAÇÃO

As proclamações por Biden e Kamala de que a economia ia muito bem não convenceram os eleitores, que sofreram sob a alta dos alugueis e a escalada de preços dos alimentos e energia. Com preços entre 20% a 30% mais caros do que há quatro anos. Até uma nova expressão surgiu, a "shrinkinflation", a inflação por meio da redução do peso e manutenção do preço.

Como registrou o editor de Counterpunch, Jeffrey St. Clair, "a insatisfação com a economia pós-pandemia é evidente há pelo menos dois anos". Mas Biden e Harris "não fizeram nada para resolver a questão central da eleição", exceto dizer às pessoas que a dor econômica que estavam sentindo "era psicossomática".

Aliás, perda de poder aquisitivo que também gerou a maior onda grevista nos EUA em décadas. E do Counterpunch também a observação de que, entre as famílias com até US$ 100 mil de renda anual, enquanto Biden em 2020 ganhou de Trump "por 70% a 29%", nesta eleição Kamala praticamente empatou com Trump por "48% a 49%".

St. Clair lembrou, ainda, que Kamala "esperou até às últimas duas semanas da campanha para pediu um aumento no salário mínimo federal" (que está congelado desde 2009), enquanto em Missouri, onde Trump venceu, os eleitores aprovaram o aumento do salário mínimo estadual para US$ 15 a hora até 2026 e licença médica remunerados aos trabalhadores.

JUROS

Mas a perda de poder aquisitivo também teve como agravante a escalada dos juros mantida por Biden ao longo de três anos de seu mandato, num país em que o cartão de crédito é a última tábua de salvação para muitos, o que também repercutiu na alta das hipotecas, tornando mais e mais difícil o sonho da casa própria e elevando o risco de perda das hipotecadas.

O corte de juros, foi, como costumam dizer os comentaristas, "muito pouco e muito tarde": de 0,5 ponto percentual, em setembro deste ano, na primeira diminuição desde março de 2020, quando a pandemia começou (depois de mais de uma década de juro zero ou negativo no pós-crash de 2008).

Também não é nenhum segredo que uma parcela importante do eleitorado se sentiu atingida pela política de Biden, da qual Kamala não se diferenciou, de cúmplice, fornecedor de bombas e pagante do genocídio em Gaza. Um genocídio que não para há um ano, crianças, mulheres, hospitais, gente na fila da comida, o primeiro genocídio da história transmitido por streaming, pior ainda que as fotos de Mi Lai ou da menina vietnamita nua na estrada, queimando por causa do napalm em 1969.

Leia a íntegra no site do HP

Reuters

Arrocho da gestão de Biden permitiu mais uma temporada do fascista em Washington

Trabalhadores da Boeing conquistam reajuste e encerram greve de 7 semanas

Os trabalhadores da Boeing que estavam em greve votaram por aceitar o novo contrato proposto pela empresa, encerrando uma paralisação que já dura 7 semanas. A Boeing está perdendo diariamente cerca de US$ 100 milhões por causa da greve.

O novo contrato cobre um aumento salarial de até 38% em quatro anos e melhores contribuições para a aposentadoria, mas não restaurou o plano de pensão congelado há mais de dez anos como reivindicado, comunicou a Associação Internacional de Maquinistas e Trabalhadores Aeroespaciais na qual os 33 mil grevistas são membros.

"Com esta greve e a vitória resultante, os trabalhadores da linha de frente da Boeing fizeram sua parte para começar a restabelecer um equilíbrio em favor dos trabalhadores e, ao fazê-lo, esperamos inspirar outros operários em nossa indústria e além a continuarem na defesa da justiça no trabalho", disseram os líderes sindicais Jon Holden e Brandon Bryant.

Ao aceitar o contrato, os trabalhadores irão receber um bônus de US$12 mil e o aumento nas contribuições de poupança empresarial para a aposentadoria. O salário médio anual de um operário da Boeing, que atualmente é de US$ 75.608, será aumentado para US$ 119.309 em quatro anos.

Uma razão dos trabalhadores aceitarem esse novo contrato depois de serem rejeitadas outras três propostas, é o receio de que uma nova rejeição levaria tudo de volta para a estaca zero, perdendo todos os avanços obtidos durante as negociações e a possibilidade de novas propostas serem piores.

Em janeiro deste ano, um avião de modelo 737 Max, da 'Alaska Airlines', perdeu uma de suas portas em pleno voo. A Boeing se viu obrigada a atrasar a produção de novos aviões para correção de erros em seu processo de manufatura, enquanto investigações iniciadas por vários órgãos federais americanos revelaram que a Boeing adotou uma política de ignorar normas de segurança para fabricar aviões mais rápido e reduzir custos de produção.

Em 2019, a licença de voo do 737 Max foi suspensa por causa de dois acidentes que mataram mais de 300 pessoas, um sobre o mar próximo à Indonésia, e o outro na Etiópia.

Atualmente a Boeing acumula um prejuízo de mais de US$ 31,8 bilhões desde 2019 até o terceiro trimestre de 2024 por conta desses desastres.

Jason Redmond/AFP

Mobilizaçao dos trabalhadores levou a Boeing a ceder

Narrativa democrata de uma economia 'cor-de-rosa' nos EUA não colou, afirma Michael Roberts

O economista britânico Michael Roberts fez uma análise da eleição americana que foi publicada alguns dias antes do pleito mas já prevendo a derrota de Kamala Harris. Sua análise, da qual destacamos os principais trechos, deu ênfase na crise econômica, causa principal, segundo ele, das enormes dificuldades do Partido Democrata.

Roberts aponta que tanto o governo Joe Biden quanto o "establishment" oficial americano tentaram pintar de cor-de-rosa a realidade, mas o povo, inconformado com a piora de sua vida, não concordou com esta análise e impôs uma derrota política ao governo.

VIDA PIOROU

A análise econômica de Roberts é demolidora. A vida dos americanos piorou muito da crise de 2008 e da pandemia até agora, diz ele. Acoplado a tudo isso ainda houve o apoio pelos democratas ao genocídio de Israel em Gaza.

"Os americanos sofreram uma pandemia terrível seguida da maior queda nos padrões de vida desde a década de 1930, impulsionada por um aumento muito acentuado dos preços dos bens de consumo e dos serviços", destaca o economista, acrescentando que "o crescimento do PIB de 2,5% está concentrado no mundo financeiro e o agregado familiar médio americano já não possui ativos financeiros para especular".

Roberts avaliou que "não admira que um inquérito recente tenha revelado que 56% dos americanos pensavam que os EUA estavam em recessão e 72% pensavam que a inflação estava a aumentar".

"O mundo pode ser ótimo para os investidores da bolsa, para as "Sete Magníficas" empresas de alta tecnologia dos meios de comunicação social e para os multimilionários, mas não é assim para muitos americanos", destacou.

A "narrativa" de que tudo vai bem dizia, segundo Roberts, "que o mercado de ações dos EUA está em alta, o dólar está em alta nos mercados cambiais, a economia dos EUA está crescendo cerca de 2,5% e o desemprego não ultrapassa os 4,1%".

FORA DA REALIDADE

Chegaram a dizer que a economia dos EUA estaria conseguindo aquilo que se chama uma "aterrisagem suave", ou seja, não houve recessão quando saiu da crise pandêmica de 2020. Há quem chegasse ao ridículo, lembra o autor, de chamar a economia americana de "economia de Benjamin Button": a economia dos EUA estaria ficando cada vez mais jovem e melhor.

A versão cor-de-rosa não bateu com o desempenho de Kamala Harris, que esteve apenas empatada nas sondagens com o antigo presidente republicano Donald Trump. "De fato, o mundo das apostas considerava que Trump iria ganhar [como efetivamente ocorreu]. Como é que isto pode acontecer se a economia dos EUA estava indo tão bem?", indagou Roberts.

Segundo ele, "parece que uma parte importante do eleitorado não está assim tão convencida de que os tempos são prósperos e melhores para eles". Na última sondagem do WSJ, 62% dos entrevistados classificaram a economia como "não muito boa" ou "má", o que explica a falta de dividendos políticos para o Presidente Biden ou Harris.

O economista demonstrou porque o americano médio não acreditou em nada que era dito pelo governo. "Eu diria que a razão para este fato tem duas vertentes. Em primeiro lugar, o PIB real dos EUA pode estar crescendo e os preços dos ativos financeiros disparando, mas a história é diferente para o agregado familiar médio americano, quase nenhum dos quais possui ativos financeiros para especular". "Em vez disso", prosseguiu, "foram os investidores ricos que aumentam a sua riqueza".

"Os americanos sofreram uma pandemia terrível seguida da maior queda nos padrões de vida desde a década de 1930, impulsionada por um aumento muito acentuado dos preços dos bens de consumo e dos serviços", explicou.

Leia mais no site

Sholz (e) demitiu do seu ministro das Finanças em meio à estagnação da economia alemã (Christof Stache/AFP)

Governo Scholz derrete após dois anos de estagnação e concluio com nazis de Kiev

Entrou em colapso a Coalizão Semáforo com a demissão do ministro das Finanças e líder dos liberal-democratas, Christian Lindner.

Uma coalizão que encabeçou a subordinação mais canina da Alemanha às sanções contra a Rússia e seu gás barato, na esteira da guerra por procuração da Otan na Ucrânia, empurrou o país para uma recessão que já completa dois anos e para o risco de desindustrialização, olhou para o outro lado quando o gasoduto Nord Stream foi explodido.

Além disso se tornou cúmplice tanto dos neonazistas de Kiev, quanto dos genocidas de Israel.

A demissão foi determinada na quarta-feira (6) pelo primeiro-ministro social-democrata Olaf Scholz, após Lindner divulgar um documento de 18 páginas entrando em choque aberto com a estratégia que vinha sendo articulada para conter a crise, que já não tem mais como ser abafada, quando o carro-chefe da máquina exportadora alemã, a indústria automobilística, anuncia, como é o caso da Volkswagen, fechamento de fábricas, demissões em massa e corte de salários. Os verdes continuam no governo.

Ente as principais divergências, estava a recusa de Lindner de prorrogar para o orçamento para 2025 a suspensão do assim chamado "freio da dívida" – que limita seu crescimento a 0,35% do PIB -, além de conclamar a fornecer a Kiev os mísseis de longo alcance que Scholz até aqui não quer fornecer, para evitar o repuxo desde Moscou.

Em última instância, Lindner exigia uma "reviravolta econômica com uma revisão fundamental parcial das principais decisões políticas", além de querer jogar a crise no colo dos trabalhadores, bem mais do que Scholz achava conveniente para sua sobrevivência. Em si, o documento de 18 páginas era uma espécie de senha para ida para oposição.

Scholz já comunicou sua decisão de proceder a um voto de confiança em janeiro do próximo ano, seguido da antecipação das eleições parlamentares gerais para março, mas o líder dos democratas-cristãos, o ex-executivo-chefe na Alemanha do megafundo norte-americano BlackRock, Friedrich Merz, reivindica para já o desencadeamento do processo sucessório. Lindner foi substituído pelo social-democrata Jorg Kukies.

"Não há motivos para adiarmos isso. O governo acabou", declarou Merz, pleiteando "duas semanas". Com a saída de Lindner, o governo Scholz já não tem mais maioria no parlamento. Mas Merz não tem como, mais o recém saído FDP, impor a antecipação do prazo, a não ser que conte com os votos da extrema-direita da Alternativa para a Alemanha.

Leia mais no site da Hora do Povo

Gregos bloquearam caminhões com armas para a guerra da Otan na Ucrânia

Manifestantes gregos protestaram contra a guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia bloqueando um comboio de caminhões que transportava novo fornecimento de armas ao regime neonazista de Kiev. Os caminhões foram forçados a tomar uma estrada secundária, ao ter sua passagem pela cidade de Tyrnavos, na Tessália, rechaçada.

Os veículos foram pichados com os dizeres: "Assassinos da Otan go home" e o prefeito da cidade, Stelio Tsikritsi afirmou que "não permitiremos que a carga da morte passe pela cidade, não permitiremos que o país seja arrastado ainda mais para o matadouro imperialista".

Segundo a mídia grega, os seis caminhões transportavam "mísseis e outras munições" de uma base grega para a Ucrânia.

O protesto começou na rodovia e prosseguiu na cidade. Os manifestantes, muitos deles, da Juventude Comunista grega, com faixas e bandeiras condenaram a Otan e o regime de Kiev e denunciaram que o governo de direita está arrastando o país para uma guerra com a Rússia.

Caminhões com armas e munição são desviados e depois pichados: "assassinos da Otan fora"!

"Denunciamos o governo que, em nome de grupos empresariais domésticos, está esvaziando os quartéis gregos de munição, envolvendo assim o país em uma guerra imperialista injusta dos EUA-OTAN-UE", afirmou o eurodeputado do PC grego (KKE), Vasilis Metaxas, na manifestação na quarta-feira (6).

Os participantes também denunciaram o fato de que o transporte da carga perigosa foi realizado no meio do dia através de uma cidade populosa onde vivem milhares de pessoas.

Outros protestos contra a guerra para estender a Otan até às portas da Rússia já ocorreram na Grécia, país onde existe uma forte consciência antifascista. No mês passado, o governo de Atenas assinou um acordo com Kiev para participar do treinamento de pilotos ucranianos e pessoal técnico para os F-16 fornecidos pelos EUA e seus satélites.

Após esperar por oito anos após o golpe da CIA que colocou no poder herdeiros dos colaboracionistas de Hitler na II Guerra Mundial para que acordos (Minsk I e II) de pacificação e respeito aos russos étnicos na Ucrânia fossem cumpridos e diante da iminência de operação militar ucraniana de expulsão da população do Donbass, e propor a Washington a restauração da segurança coletiva na Europa...

Leia mais no site

Celso Furtado e a industrialização de Getúlio Vargas - Parte 2

HP ESPECIAL

Mesmo examinando a transição da economia brasileira na década de 30 sob o aspecto "instrumental" (isto é, sob o aspecto das políticas monetária, cambial e fiscal), nada obrigava Furtado a chegar à conclusão de que a industrialização da década de 30, no Brasil, foi não intencional. No entanto, foi a isso que ele chegou. Por quê? A nós, parece que existe nessa conclusão, sobretudo, um elemento ideológico – isto é, um preconceito em relação a Getúlio

CARLOS LOPES

Em 1930, Getúlio assina o decreto que cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Se a política de Getúlio era a proteção dos interesses cafeeiros, porque a República Velha – o regime dos cafeicultores – não seria, para isso, um regime melhor e mais adequado do que aquele surgido do Levante de 1930?

Em suma, para que derrubar Washington Luís, se o novo governo pretendia a mesma coisa que ele, isto é, a defesa da economia que girava em torno da oligarquia cafeeira?

Entretanto, pelo contrário, desde o primeiro momento, o objetivo da Revolução de 30 – e de seu líder, Getúlio Vargas – era a industrialização do país (v., por exemplo, HP 24/08/2024, **A herança de Getúlio é o Brasil**).

Em uma nota ao pé da mesma página, Furtado tenta consertar esse problema de sua obra. Mas é um remendo precário. Escreve ele, nessa nota:

"*O movimento revolucionário de 1930 – ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922 – tem sua base nas populações urbanas, particularmente a burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros – de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização – sobre o governo federal.* ***Contudo, em face da reação armada de 1932, o governo provisório tomou, a partir de 1933, uma série de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café, inclusive uma redução de cinquenta por cento nas dívidas bancárias destes últimos***" (p. 201, grifo nosso).

Prestemos atenção na última frase, que nós grifamos: apesar de reconhecer o caráter antioligárquico (isto é, em contraposição à oligarquia cafeeira) da Revolução de 30, Furtado afirma que, depois da contrarrevolução paulista de 1932, o governo Getúlio, ainda em sua fase provisória, se rendeu aos interesses dos "produtores de café", ou seja, aos interesses da oligarquia cafeeira.

Mas, como, se a contrarrevolução de 1932 foi derrotada?

É uma estranha interpretação da história brasileira, porque falsa, mas sob medida para homiziar a ideia de que a industrialização da década de 30 não foi intencional – portanto, foi acidental, um suposto e imaginário "subproduto" da defesa do café.

Mas essa interpretação persiste na síntese final sobre a transição do Brasil de uma economia agrícola-cafeeira para uma economia industrial:

"A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de consequências que na época não se podiam suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda" (op. cit., p. 202).

Nada disso apaga o que existe de verdade na descrição que Furtado faz dessa transição, mas a posição – a posição de um grande autor e pensador – de que a industrialização da época de Getúlio não foi intencional, é, quanto a esse aspecto, insustentável.

AS AÇÕES DO GOVERNO

Um outro economista, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tentou uma explicação para esse problema da obra de Furtado:

"Talvez por restringir ou centrar sua análise nas políticas instrumentais – aqui definidas como fundamentalmente as políticas monetária, cambial e fiscal – as quais possuem uma lógica própria inerente a políticas de estabilização, Furtado acabou por entender o crescimento da indústria como consequência não intencional da política de valorização do café e de manutenção da renda nominal do setor, executada pelo governo seja pelo efeito negativo da crise nas finanças públicas e no balanço de pagamentos, seja pela importância econômica e política dos setores exportadores de café" (Pedro Cezar Dutra Fonseca, **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**, Revista de Economia Política, v.23, n.1(89), jan-mar/2003, p.p. 133-48).

A explicação não nos parece convincente. Mesmo examinando a transição da economia brasileira na década de 30 sob o aspecto "instrumental" (isto é, sob o aspecto das políticas monetária, cambial e fiscal), nada obrigava Furtado a chegar à conclusão de que a industrialização da década de 30, no Brasil, foi não intencional. No entanto, foi a isso que ele chegou.

Por quê?

A nós, parece que existe nessa conclusão, sobretudo, um elemento ideológico – isto é, um preconceito em relação a Getúlio, e, especialmente, ao seu primeiro governo, que Furtado denominou, em **Formação Econômica da América Latina**, de "autoritarismo esclarecido" – do que um problema metodológico.

É verdade que, quanto a este último, Pedro Cezar Dutra Fonseca examina a questão pelo lado institucional – e chega às mesmas conclusões que nós. Mas isso não se deve ao método, e sim à superação dos preconceitos que fizeram Furtado chegar àquelas outras conclusões.

Como escreve ele, "Furtado, a despeito de ressaltar os êxitos da política de manutenção de renda na superação da crise e de seu impacto positivo na indústria, interpretou-os como resultado de um salutar intervencionismo antiortodoxo, mas nunca defendeu a intencionalidade no que diz respeito ao crescimento industrial. Ao contrário, (…) entendeu o crescimento industrial da década de 1930 como fruto da política de defesa do café, que teria sido implementada pelo governo: (a) seja devido às exigências pragmáticas impostas pela crise, por sua repercussão no balanço de pagamentos e na arrecadação de impostos; (b) seja por razões de ordem política, frente à importância do setor cafeicultor e pela própria composição do governo, chamando atenção a seus compromissos conservadores, 'oligárquicos' e 'agraristas'; ou (c) seja, ainda, devido a um terceiro fator, assinalado em uma passagem, na qual se menciona não propriamente a política governamental, mas a decisão individual dos capitais privados, em busca de diversificação dos investimentos, já que nas atividades voltadas ao mercado interno havia maior perspectiva de lucro, frente à crise das atividades de exportação".

Não entraremos, aqui, em outras incoerências apontadas por esse autor na obra de Furtado, pois é suficiente, para nós, que ele aceite a tese central dessa obra – a do deslocamento do "centro dinâmico" da economia brasileira para a indústria.

Mas lembraremos que ele revisa vários livros de Furtado – além de **Formação Econômica do Brasil** (1959), **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (1961), **Dialética do Desenvolvimento** (1964) e **Formação Econômica da América Latina** (1969) – sempre com a mesma constatação:

"… não resta dúvida de que, para Furtado, o crescimento industrial brasileiro na década de 1930 foi subproduto (para usar uma expressão sua) da defesa do setor cafeicultor e, tudo sugere, perseguindo o objetivo maior de evitar o aprofundamento da crise nas finanças governamentais. A tese da não intencionalidade é recorrente em sua obra e, mesmo sem ter uma definição clara e única sobre as relações entre o grupo dirigente e o setor agroexportador, ressaltou mais este vínculo do que com os interesses industriais. Na verdade, quanto a este último não há nenhuma referência direta nos trabalhos analisados" (Pedro Cezar Dutra Fonseca, **art. cit.**).

Mas, se isto é ausente na obra de Furtado, há referência aos interesses industriais nos próprios atos de Getúlio e de seu governo, desde a Revolução de 30 – e, mais ainda, a partir de 1937.

O que vem abaixo, como exemplo, foi retirado do artigo que citamos e do excepcional livro de Sônia Draibe, **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960** (Paz e Terra, 1985).

Dificilmente (ou impossivelmente) algumas dessas medidas poderiam ser relacionadas à defesa da economia cafeeira, ou, o que é a mesma coisa, à proteção dos interesses da oligarquia cafeeira:

a) o decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos para alguns setores da indústria, uma reivindicação dos próprios industriais;

b) a facilitação, em 1935, da importação de outros bens de capital, através de um tratado de comércio com os EUA;

c) as tarifas protecionistas adotadas com a reforma tributária de 1934, sob aprovação dos industriais, inclusive Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi;

d) a liberação do crédito à indústria com a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil;

Dutra Fonseca lembra que "já em 1931, Vargas afirmava a necessidade de protecionismo deliberadamente para proteger a indústria nascente: *'O protecionismo industrial das matérias-primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir estes critérios'*. Nesta época associava-se a indústria ao **progresso econômico**. Em meados da década, este será substituído por **desenvolvimento econômico**, como no discurso pronunciado a 7 de setembro de 1936: *'Atingimos elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. (…) Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais'*".

O autor observa: "Desenvolvimento, então, paulatinamente transformara-se em sinônimo de industrialização. Passava a ser, por excelência, a condição necessária para o país se desenvolver, ou seja, melhorar seus indicadores econômicos e sociais; precisava-se romper com o passado agrário, do marasmo rural e das oligarquias retrógradas" (Pedro Cezar Dutra Fonseca, **art. cit.**).

Tratava-se de um programa de rompimento com as amarras às metrópoles imperialistas, que se assentavam na pauperização industrial dos países dependentes, colônias e semicolônias.

E, cotejando o discurso de Getúlio com a tese de Celso Furtado:

"Em outro pronunciamento, ao final do mesmo ano de 1936, registra-se a explicitação da tese de que o desenvolvimento era a tarefa principal do poder público, que possuía etapas a serem vencidas e que este novo relacionamento entre Estado e iniciativa privada não ocorreria em prejuízo desta última, *'antes, amparando-a e favorecendo o surto de novas culturas e indústrias'*. Tratava-se, portanto, de uma nova era a ser construída; o Estado Novo, em seu próprio nome, encarregava-se de expressá-la simbolicamente. Todas essas passagens não deixam dúvida sobre a consciência da substituição de importações e de sua importância para o país. Como entender como 'subproduto' da política de valorização do café políticas tão claramente implementadas e defendidas explicitamente como voltadas a impulsionar o setor industrial?" (idem).

Mas, voltemos às medidas de política econômica do governo Getúlio:

e) … em 1933 previa-se a criação, junto ao Ministério da Agricultura, do Instituto de Tecnologia, que se vincularia à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, a criação de duas diretorias, das Minas e das Águas, e de três centros de pesquisa vinculados à extração mineral: Instituto Geológico e Mineralógico, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química. O Código de Minas e o Código de Águas datam de 1934.

f) criação, no início da década de 40, da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e da Companhia Vale do Rio Doce;

g) em 1934, o presidente anunciou a criação, em Curitiba, de uma fábrica de projéteis de artilharia, de materiais contra gases e de viaturas, além de fábricas de espoletas e estojos de artilharia e de canos e sabres, mais a ampliação da fábrica de cartuchos de infantaria e do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul;

h) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); do Departamento Nacional do Trabalho e do Instituto do Açúcar e do Álcool (1933); do Conselho Federal do Comércio Exterior, do Plano Geral de Viação Nacional e da Comissão de Similares (1934); e do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937);

i) aqui listaremos o impressionante número das principais instituições aparecidas durante o Estado Novo: criação do Conselho Nacional do Petróleo, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do Instituto Nacional do Mate e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), em 1938; do Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e do Conselho de Águas e Energia, em 1939; da Comissão de Defesa Nacional, do Instituto Nacional do Sal, da Fábrica Nacional de Motores e da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional em 1940; da Companhia Siderúrgica Nacional, do Instituto Nacional do Pinho, da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e do Conselho Nacional de Ferrovias, em 1941; do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Banco de Crédito da Borracha e da Comissão do Vale do Rio Doce, em 1942; da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Companhia Nacional de Álcalis, da Comissão de Financiamento da Produção, da Coordenação de Mobilização Econômica, da Fundação Brasil Central, do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Plano Nacional de Obras e Equipamentos, em 1943; do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, do Serviço Nacional do Trigo, do Instituto Nacional do Pinho e da Comissão de Planejamento Econômico, em 1944; e da Superintendência da Moeda do Crédito, em 1945.

Concordamos inteiramente em que a legislação trabalhista de Getúlio Vargas é um sinal claro da consciência que tinha de que a industrialização era necessária ao país para romper com os vínculos de subordinação que o levavam à miséria e ao atraso.

Aliás, "pode-se indagar até que ponto o governo tinha consciência da profundidade destas mudanças, mas dificilmente pode-se entendê-las como ato fortuito, fruto do acaso, desvinculado dos novos rumos impressos à economia. Até porque Vargas em várias ocasiões recorreu a argumentos históricos para justificar a nova legislação trabalhista, como em discurso proferido na comemoração do primeiro ano de sua posse, em outubro de 1931. Nesta ocasião, com rara clarividência expôs que o fim da escravidão não trouxera de imediato novas leis para substituir as antigas; a República Velha omitira-se quanto à regulamentação do trabalho assalariado, de maneira que era preciso organizá-lo 'em bases racionais', com novas leis, novas instituições, novos costumes e novos hábitos. O alcance e o significado de discursos como estes não podem ser ignorados ao se abordar a consciência e a intencionalidade das mudanças pelos personagens da história e, somados a seus atos, são capazes de revelar suas intenções" (Pedro Cezar Dutra Fonseca, **art. cit.**).